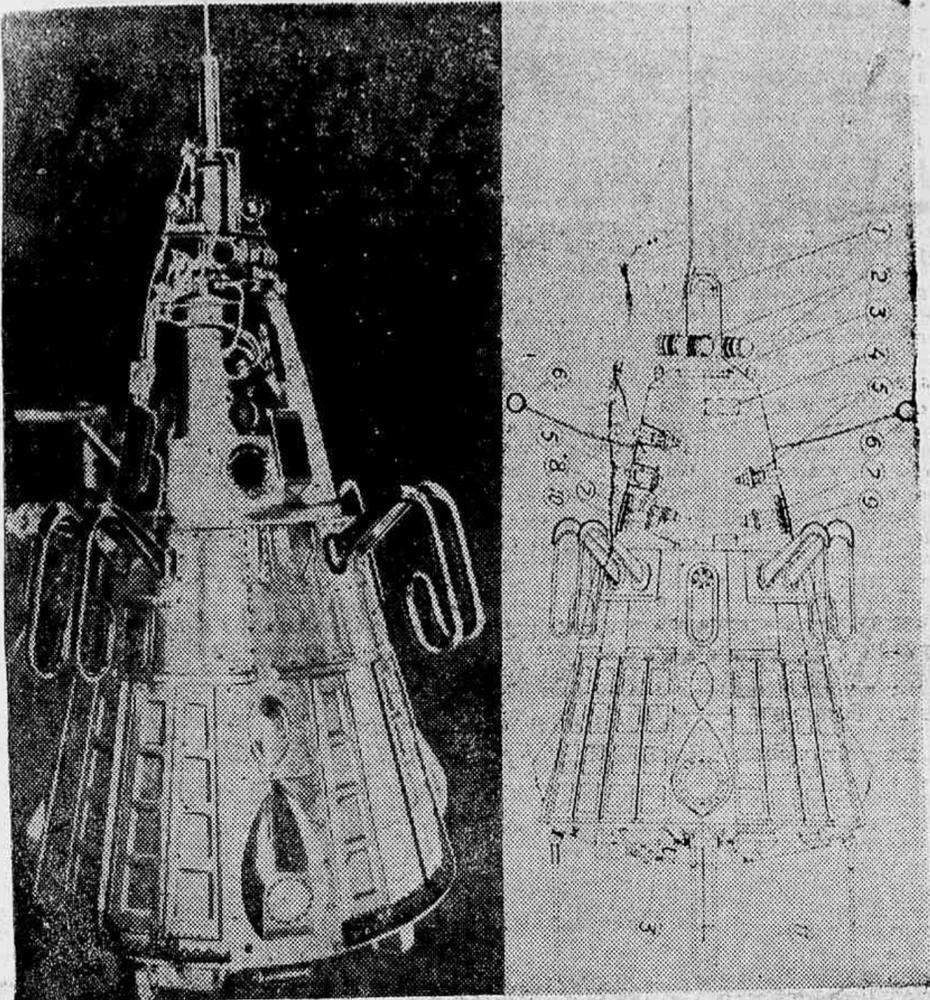


A REFORMA MINISTERIAL E OS INTERÊSSES DO NACIONALISMO

— LEIA EDITORIAL NA 3ª PAGINA —



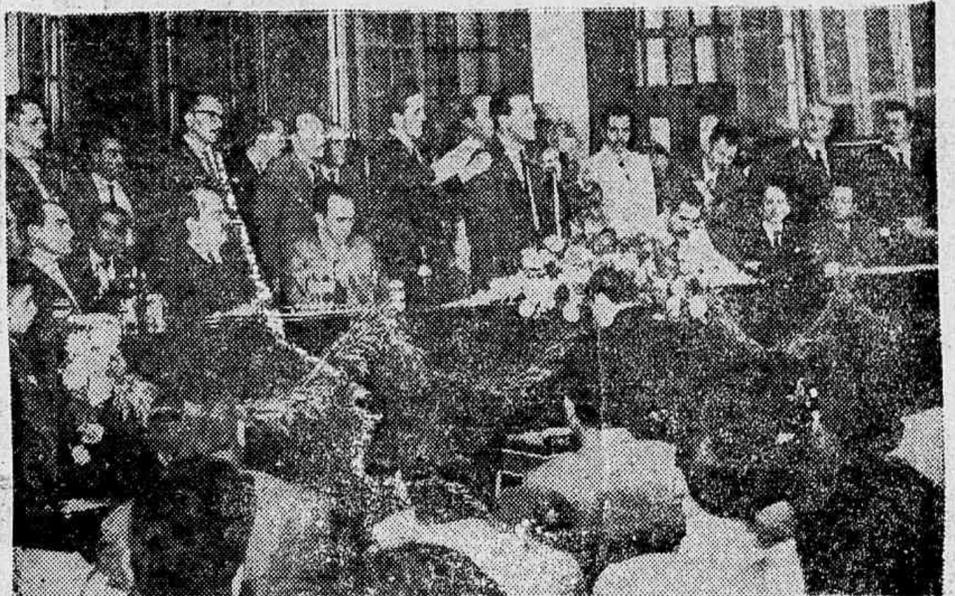
O SUPTNIK III E SEUS EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS — Ao lado da foto que nos dá uma vista geral do terceiro satélite artificial, lançado pelos sábios soviéticos, vemos um diagrama do equipamento científico do Sputnik III. 1 — Magnetoscópio; 2 — Foto-câmara para registro das radiações corpusculares do sol; 3 — Baterias solares; 4 — Aparelho para registro de photons nos raios cósmicos; 5 — Mamômetros magnéticos e ionizados; 6 — Captor de ions; 7 — Fluxômetro eletrostático; 8 — Válvula espectométrica de massas; 9 — Aparelho de registro dos núcleos pesados nos raios cósmicos; 10 — Aparelho para medição de intensidade das radiações cósmicas primárias; 11 — Registrador de micrometeoritos. O bloco eletrônico de equipamento científico, sistemas de rádio medição, aparelhos provisórios do plano e as forças eletroquímicas estão localizados no interior do corpo do satélite. (Foto da Agência TASS)

VOZ OPERÁRIA

Nº 469 ☆ Rio de Janeiro, 31 de Maio de 1958

Lição de Unidade dos Trabalhadores Gaúchos

Artigo de ROBERTO MORENA (Leia na 4ª página)



O III Congresso dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul foi um importante acontecimento na vida sindical brasileira. No clichê, vemos a mesa que presidiu a solenidade de encerramento, no momento em que falava o vice-presidente da República sr. João Goulart, tendo ao lado, entre outras personalidades, o deputado Fernando Ferrari, o vice-governador fluminense Roberto Silveira e o sr. Dalimar Severo, delegado regional da CNETI, que presidiu o Congresso.

A ALTA DO DÓLAR

Comentário

NO CÂMBIO LIVRE

Econômico

(Na 3ª página)

Elevam o Prestígio

Do Parlamento as Comissões de Inquérito

Reportagem de
PEDRO MOTTA LIMA
(Leia na página central)



**QUEM SABOTA O
DESARMAMENTO SÃO OS
ESTADOS UNIDOS!**
(Na 12ª página)



Sucedem-se as manifestações antifascistas em Paris, a exemplo desta de que o clichê nos dá um flagrante. Na 2ª página, leia a crônica internacional «Momentos decisivos na França»

Declaração Conjunta dos Governos Da U.R.S.S. e da Republica Arabe Unida

A visita do presidente Nasser à União Soviética encerrou-se festivamente em uma grande solenidade realizada no Grande Palácio do Kremlin, exatamente no dia em que era lançado ao espaço o terceiro Sputnik. Transcrevemos a seguir os principais trechos da Declaração conjunta sobre os resultados das negociações entre o governo da URSS e o governo da República Arabe Unida, dada

à publicidade naquela ocasião. — «Durante a permanência do Presidente Nasser na URSS, os dirigentes de ambos os governos mantiveram conversações amistosas, em ambiente de mútua confiança e estima, tratando de assuntos que são de interesse comum dos dois países, bem como de vários problemas e acontecimentos internacionais que, no momento atual,

despertam a atenção da opinião pública mundial». «Ambos os governos exprimem sua profunda satisfação pelo desenvolvimento das relações entre os dois países. Os governos da URSS e da República Arabe Unida adotam o princípio da coexistência pacífica dos Estados sem distinção dos sistemas sociais, e consideram que este princípio é a pedra angular para o fomento das re-

lações amistosas entre os Estados, e corresponde aos interesses da paz». «Ambos os governos apoiam o direito dos povos à auto-determinação e à independência; condenam a existência de bases militares no território de outros países e exortam a liquidação dessas bases. Ambos os governos manifestam seu apoio aos direitos legítimos dos árabes da Palestina; condenam a agressão colonialista no Iemen e a bárbara guerra movida pela França contra o povo argelino. Os governos da URSS e da República Arabe Unida apoiam totalmente o direito do povo argelino à auto-determinação e à independência, e exortam a que se resolva por meios pacíficos o problema da Argélia».

ALTIVA RESPOSTA A FOSTER DULLES

A situação política da Venezuela continua a evoluir numa direção favorável à democracia e à independência nacional da nação leonesa. Ainda há poucos dias verificou-se a demissão de dois membros da Junta Provisória de Governo, pelo fato de ter-se recusado a maioria da referida junta, inclusive seu presidente, Almirante Larrabal, a incluir na lei eleitoral um dispositivo que tornasse ilegal o Partido Comunista. Sairam os dois políticos reacionários, e o Partido Comunista continua a atuar legalmente, preparando-se para concorrer às eleições.



Logo a seguir divulgaram as agências de notícias a enérgica e altiva resposta dada a Foster Dulles pelo Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, sr. Oscar García Velutini. Referindo-se às recentes manifestações contra o vice-presidente Nixon, o sr. Foster Dulles afirmou insolentemente que «os Estados Unidos avaliariam erroneamente a capacidade e a eficiência da força de polícia venezuelana», a qual, «não sabe como fazer frente a uma turba de rufiões organizada, como a que criaram os agitadores comunistas».

Respondendo a Dulles, o Ministro do Exterior do governo de Caracas disse: «Essa é possivelmente a opinião mais pessoal do secretário de Estado. Contudo a Venezuela se sente segura e digna sem o aparato de terror do regime liquidado e isto é que interessa aos venezuelanos. Jamais poderíamos conciliar o unânime espírito democrático que hoje alenta o país com a força sinistra que implantou a feroz caçada humana e que se tornou culpada de genocídio».

O violento contraste entre a subserviência do governo Perez Jimenez, títere das companhias de petróleo, e a altiva dessas declarações, deve estar sendo objeto de profundas preocupações de Washington.

As Eleições Italianas

Os resultados das eleições italianas não confirmaram as esperanças das forças reacionárias de que, após os acontecimentos de repercussão internacional verificados a partir do XX Congresso do PCUS, as esquerdas perdessem terreno. Pelo contrário, os partidos da direita é que foram derrotados nas eleições, obtendo apenas 2,2% dos votos e perdendo 30 cadeiras na Câmara.

Particularmente não se confirmaram as esperanças da Democracia Cristã de obter a maioria absoluta no parlamento e poder, assim, constituir um governo sem precisar recorrer à colaboração de outros partidos. Apesar de todas as vantagens decorrentes de ser o partido do governo, de apoio maciço das forças reacionárias do clero, que nibilizou inclusive toda a população dos conventos, o Partido Democrata Cristão registrou apenas um ligeiro avanço na percentagem de votos em relação às eleições anteriores. Não poderá, no parlamento, prevalecer sobre as esquerdas, sem aliar-se a um ou outro dos grupos do centro.

O Partido Socialista Italiano, cujo dirigente máximo, Pietro Nenni, às vésperas das eleições, declarou que apesar das polémicas, por vezes ásperas havidas entre comunistas e socialistas, não havia rompimento entre as duas forças políticas, obteve um aumento no eleitorado, em re-

lação ao pleito anterior, de 1,5% para a Câmara e 1,1% para o Senado. Os socialistas obtiveram mais 9 cadeiras na Câmara e 5 no Senado, representando 14,2% da votação total.

O Partido Comunista manteve, no fundamental, as suas posições, com um ligeiro aumento do seu eleitorado. Em Trieste, onde após a sua anexação à Itália, pela primeira vez se realizaram eleições gerais, o P.C. foi, juntamente com o P.D.C., o partido mais votado. Esta, naturalmente, foi a surpresa mais desagradável para as forças retrogradadas da península. A reação italiana, particularmente a democracia cristã, além de pôr em prática determinadas medidas reformistas com o objetivo de ganhar o eleitorado operário, desencadeou intensa campanha de provocações e calúnias de toda a sorte contra os comunistas. Com isso pretendia explorar contra o P.C.I. os acontecimentos de 1956 na Hungria, que tiveram intensa repercussão na Itália, bem como as distorções feitas pelo Departamento de Estado dos EE. UU. acerca dos erros decorrentes do culto à personalidade, denunciados pelo XX Congresso do PCUS.

O P.C.I., entretanto, obteve 6.700.000 votos. Apesar de todas as campanhas caluniosas, quase 7 milhões de italianos votaram nos comunistas. No cômputo total da votação, coube aos comunistas 27%, o que significa um aumento de dois décimos de por cento sobre os resultados de 1953.

Pode-se afirmar que, no fundamental, a situação política italiana permanece inalterada. O mais importante é que a democracia cristã não obteve o monopólio do poder político e, por isto, continua aberto o caminho para um futuro desenvolvimento democrático e socialista.



Crônica Internacional MOMENTOS DECISIVOS NA FRANÇA

A crise política francesa constitui sem dúvida o centro das preocupações da opinião pública internacional. Suas consequências poderão ser as mais graves, pondo em risco inclusive a própria paz mundial. A qualquer momento poderá ser deflagrada a guerra civil no território metropolitano da França. A guerra da Argélia poderá estender-se a toda a África do Norte. O desfecho da crise poderá estender-se a toda a África do Norte. O desfecho da crise francesa interessa assim a todos os povos que acompanham com ansiedade a rápida sucessão dos acontecimentos.

A rebelião abertamente declarada na ilha de Corsega, por iniciativa de tropas de pára-quedistas e de agrupamentos fascistas, veio desfazer quaisquer veleidades do primeiro-ministro Pflimlin de «tapar o sol com a peneira» e insistir na versão de que os generais Salan e Massu e demais membros da clique militar-fascista de Argel ainda seriam «leais à República». No momento em que escrevemos esta crônica, noticia-se que está suspenso o tráfego aéreo, e que o governo francês mantém severa vigilância nos aeroportos, temendo uma invasão de tropas de pára-quedistas. Já não é mais possível ter dúvidas sobre a adesão de grande parte da esquadra francesa aos rebeldes. Parece que em várias cidades do sul da França os agrupamentos de extrema-direita tentam fundar «comitês de salvação pública». De Gaulle dirigiu-se a Paris, onde manteve conferências secretas com diversas personalidades, inclusive com o primeiro-ministro Pflimlin. Ao mesmo tempo, a CGT e outras organizações operárias convocaram manifestações contra De Gaulle, e o Partido Comunista Francês conclama os operários da Corsega a impedirem a dominação dos fascistas.

Como se vê, os acontecimentos se precipitam, de hora a hora, e é difícil, impossível mesmo, fazer previsões.

Enquanto esses fatos extremamente graves se desen-

rolam na França, os generais fascistas do «comitê de salvação pública» intensificam a guerra contra os árabes, e bombardeiam o território da Tunísia. Bourguiba pede a intervenção da ONU, e mais uma vez exige que as tropas francesas se retirem das bases que ainda possuem no país. O povo tunisino, sai às ruas e pede armas, para combater ao lado de seus irmãos argelinos.

Numa posição bastante dúbia, Pflimlin, que acaba de renunciar, tentou modificar a Constituição francesa, diminuindo os poderes do Parlamento. A enérgica repulsa de Mendès-France, que acusou o primeiro-ministro de estar querendo «tirar uma casaca para De Gaulle», mostra que muitos setores das esquerdas francesas, até agora refratários à frente única popular e adeptos da discriminação contra os comunistas, já começam a ver claro. Ante o perigo da ditadura militar-fascista impõe-se a união das esquerdas e de outros grupos políticos republicanos. Essa é a única saída para a crise francesa, compreendendo necessariamente o reconhecimento da necessidade de uma solução pacífica, justa e imediata para o problema da Argélia. O reconhecimento do direito do povo argelino à autodeterminação e à independência, por parte de um governo francês de coalizão de esquerda, tornará possível o estabelecimento de relações de amizade, reciprocamente vantajosas, entre a França e uma Argélia independente. A França se sairá assim com dignidade de suas atuais dificuldades. Si, ao contrário, os agrupamentos fascistas e de extrema direita, sob o comando de De Gaulle, conseguirem empolgar o poder, a França entrará num período de graves perturbações. A guerra da Argélia se estenderá a toda a África do Norte, pois outros países africanos acorrerão em auxílio ao povo argelino. Essa é a alternativa. A opinião pública internacional espera que o povo francês, superando divergências, encontre forças para impor a primeira solução, para o bem da França e de toda a humanidade.

A candidatura do general Delgado adquire Conteúdo novo

As notícias das agências telegráficas indicam que a candidatura do general Humberto Delgado à presidência de Portugal está assumindo um conteúdo novo. É o que acaba de reconhecer o próprio líder democrático, engenheiro Cunha Leal, uma das personalidades mais progressistas do país. Analisando as importantes manifestações populares dos últimos dias, nas quais se verificaram numerosos e violentos choques com a polícia salazarista, reconhece o sr. Cunha Leal que a candidatura Delgado está polarizando as forças que se opõem à continuação da ditadura, e apela ao outro candidato de oposição, sr. Arlindo Vicente para que desista, unificando assim as oposições. Igual atitude tiveram o professor Rui Luiz Gomes e o escritor João de Barros.

Apesar dos antecedentes bastante negativos do general Humberto Delgado, parece que, independentemente de sua pessoa, e provavelmente de sua vontade, sua candidatura está se transformando em símbolo da resistência a Salazar, e assumindo assim caráter popular. É bem possível que, em consequência, sejam dados, nas próximas eleições portuguesas, passos importantes para a supressão do fascismo e a criação de condições que possibilitem um ulterior ascenso do movimento democrático. Tanto Salazar e seus asseclas, como muitos observadores estrangeiros estão surpresos e alarmados com o vigor das manifestações populares. Depois de trinta anos de domínio, o regime medieval de Salazar entra em decomposição visível.

DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL EDITADA EM FOLHETO

Preço do exemplar Cr\$ 3,00

À venda na sede de VOZ OPERÁRIA, à Av. Rio Branco, 257, sala 1.712.

A Reforma Ministerial e os Interesses do Nacionalismo

EM VIRTUDE das próximas eleições, o governo se encontra às vésperas de reformar de parte do seu ministério. Alguns titulares, segundo se anuncia, terão que se afastar das pastas a fim de disputar cargos eletivos. Em outras circunstâncias, o fato tem caráter rotineiro e não seria motivo para maiores preocupações. Nas circunstâncias atuais, entretanto, a reforma ministerial se torna assunto de decisiva importância política, envolvendo alguns problemas essenciais da orientação governamental.

QUE se observa é que, diante dos pronunciamentos das modificações, aguçam-se as contradições no seio do governo e no cenário político em geral. Os elementos heterogêneos, que compõem o governo, disputam os cargos cuja vacância se prevê. Esta disputa ultrapassa os limites de uma simples substituição de homens, adquirindo o caráter de luta por esta ou aquela orientação política.

O PONTO nevrálgico se encontra no Ministério da Fazenda e é em torno da substituição ou não do sr. José Maria Alkmin que se concentram as manobras de bastidores e a polémica de imprensa.

JÁ DE HA muito vêm os setores entreguistas de dentro e de fora do governo pressionando no sentido do afastamento do sr. José Maria Alkmin. Apesar dos seus erros e da sua inconseqüência em determinadas questões, o atual Ministro da Fazenda granjeou nos últimos tempos uma posição destacada na luta nacionalista do povo brasileiro. Se não é possível deixar de submeter à crítica certos aspectos de sua orientação financeira em problemas, por exemplo, como o da inflação, é indiscutível entretanto, que na sua atuação existe um acervo de fatos bastante positivos e que dizem respeito diretamente à emancipação econômica do país. Ao sr. José Maria Alkmin cabe uma parte do mérito na aprovação da nova lei de tarifas, que veio sanar uma série de absurdos tradicionais, favoráveis somente aos monopólios imperialistas. De grande importância, igualmente, foi a posição tomada pelo atual Ministro da Fazenda na defesa dos preços do café e da cotação do cruzeiro. O sr. José Maria Alkmin defendeu os interesses do desenvolvimento progressista e independente da economia nacional no sustentar, com relativo êxito, os preços do café, dominando a especulação baixista de poderosas firmas norte-americanas. Ao mesmo tempo, não pode deixar de ser apoiada pelos nacionalistas a sua orientação de luta contra a desvalorização do cruzeiro, embora utilizando recursos nem sempre adequados.

COMPREENDE-SE, então, porque contra o Ministro da Fazenda se tenha concentrado ultimamente o fogo das campanhas inspiradas pelo entreguismo. E havendo o

sr. José Maria Alkmin anunciado a sua intenção de se afastar da pasta para concorrer a uma cadeira, na Câmara Federal no pleito de outubro, apodaram-se os entreguistas no afim de explorar as dificuldades econômicas e financeiras do momento a fim de ganhar o Ministério da Fazenda para alguém que venha a pôr em prática uma orientação antinacionalista. Este alguém, segundo correm rumores e dizem certos jornais, poderia ser o Sr. Lucas Lopes, atual presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Dis mesmo o «Jornal do Brasil» em sua edição de domingo último: «O novo Ministro estaria escolhido. Seria o sr. Lucas Lopes, apontado como capaz de inspirar confiança nos setores da alta finança internacionais».

TODO o mundo sabe que esta confiança foi conquistada com a política posta em prática pelo BNDE, favorecendo sistematicamente os interesses do capital estrangeiro em nosso país. Mas a confiança da alta finança internacional não pode, nem por um ápice, ser identificada com a do povo brasileiro. Para este, não se trata de promover o sr. Lucas Lopes, mas de demiti-lo do alto cargo que ainda exerce. Nomeá-lo ou um outro semelhante seria, no que se refere ao sr. Juscelino Kubitschek, uma preparação para abdicar de conquistas nacionalistas e consumir novas e mais perigosas concessões ao imperialismo norte-americano.

AFASTA-SE ou não o sr. José Maria Alkmin, o movimento nacionalista não ficará indiferente ao problema da orientação financeira, que seguirá o governo. Apoiando os aspectos positivos da atual orientação e lutando para modificá-la em profundidade, nas questões em que se mostra insuficiente ou negativa, as forças nacionalistas não se dispõem a consentir que o entreguismo conquiste uma posição-chave em que poderá precisamente fechar o caminho às modificações de sentido nacionalista e impôr um rumo totalmente contrário aos interesses do país.

O sr. Juscelino Kubitschek enfrenta, assim, um problema de suma importância, em que lhe cabe não se deixar dominar nem por interesses partidários estreitos, nem pela pregação do alarme e do derrotismo, em que os entreguistas vêm se empenhando desde há alguns meses. Tanto no que se refere à pasta da Fazenda, como à do Trabalho ou a qualquer outra, o recuo diante do entreguismo e da reação só contribuirá para tornar mais agudas as contradições internas do governo e separá-lo dos grandes setores nacionalistas e democráticos da opinião pública. E são estes os setores que vêm ganhando terreno na vida do país, como deverão confirmá-lo as urnas em outubro próximo.

Comentário Político

REGRESSA LACERDA ÀS BAIXAS CAMPANHAS DO UDENO-ENTREGUISMO

Regressou o sr. Carlos Lacerda da Europa e já fez a sua reentrada na Câmara, com o estardalhaço de costume. Aprofundou no velho contíte os seus conhecidos pendores fascistas e aproveitou a ocasião para tecer deslumbrado, elogio ao general De Gaulle, que agora ameaça subverter as instituições democráticas do povo francês e arrastá-lo à guerra civil. Esta admiração, nada tem de ocasional, por que ao sr. Carlos Lacerda e aos seus parceiros udenistas também agradaria fazer no Brasil o mesmo que vem tentando o general fascista em terras gaulêsas.

Mal chegando, o líder luterneiro já está dando a sua triste contribuição — no tom histórico de costume, pois pelo visto, não encontrou cura para isto na Europa — às campanhas entreguistas em curso, nas quais a participados setores reacionários da UDN é tão relevante. O nível desta campanha não podia descer mais baixo, o que, aliás, deixa muito à vontade o líder da bancada udenista. Não encontrando forças para travar a luta política no terreno dos princípios, vêm os udeno-entreguistas se empenhando em ataques estritamente pessoais a figuras destacadas do movimento nacionalista, como o general Teixeira Lott e o sr. João Goulart. Os insultos já assumiram caráter tão virulento, que começam a assustar aos elementos mais moderados da própria UDN, que percebem poder o feitiço voltar-se contra o feitiço. Daí a desaprovação que se esboça contra o sr. Carlos Lacerda e os seus parceiros mais próximos, no próprio partido em que militam.

O que vai ficando evidente é que o entreguismo está com um arsenal muito pobre. Só isto pode explicar o recurso insistente aos insultos pessoais, visando desmoralizar personalidades nacionalistas e atraí-las para o terreno das provocações.

Enganam-se, porém, os entreguistas, se julgarem possível, com arma tão frágil, mudar o curso dos acontecimen-

tos e desviar o centro dos debates pré-eleitorais. Diminui cada vez mais o número daqueles que ainda se impressionam com as calúnias em que o sr. Lacerda é especialista. O que aumenta e se generaliza é a opinião sobre os motivos antinacionais e antidemocráticos de suas campanhas, mesmo quando se arma cavaleiro da liberdade do rádio e da televisão. E esta opinião, certamente pesará no pleito de outubro.

A anunciada visita de Dulles

Está insistindo o serviço de publicidade norte-americano neste delicado tema: a visita de John Foster Dulles ao Brasil. Com que objetivo? A título de balão de ensaio? Mas o chanceler Macedo Soares já declarou, sem causar a menor surpresa a ninguém, antes pelo contrário, que uma visita do secretário das relações exteriores dos Estados Unidos seria muito bem recebida em nosso país. Ora, depois disso, a repetição dos testes, em que tanto confiam os lanques, implica uma dúvida em relação à palavra do ministro brasileiro. Certamente os homens de Washington acham que ele não seja um autêntico intérprete do estado de espírito de nosso povo.

Se, porém, desconfiarmos das garantias de êxito que o Itamarati lhes oferece mais apuzado seria desconfiar das pró-

prias condições reunidas por John Foster Dulles para testificar nossas simpatias, em forma diferente do que aconteceu ao vice-presidente. Porque, afinal de contas, Nixon, embora solidário com os erros do governo a que pertence não está como os outros Dulles tão diretamente em causa. É o secretário de Estado quem melhor tem interpretado a grosseria gansteriana em substituição à finca da diplomacia clássica. Não foi ele quem nos lançou em rosto que os Estados Unidos não cuidam de fazer amigos, mas unicamente de defender seus interesses? E, recentemente desavovado em face das ocorrências em Caracas, não chegou ao cúmulo de insultar nossos irmãos venezuelanos, chamando-os de «ruifões», enquanto os ameaçava com a concentração de paraquedistas nas Caraíbas?

Além da penetração econômica e da pressão política, essa incorrigível falta de tato. Depois, quando as coisas lhes saem às avessas, põem-se a gritar que são vítimas da «propaganda» comunista...

AS QUESTÕES do câmbio, habitualmente confinadas ao interesse dos especialistas, tornaram-se ultimamente até assunto sensacionalista para manchetes de jornais. A cotação do dólar no câmbio livre passou a ser motivo de preocupação para o simples homem da rua.

Que importância tem a cotação do dólar no câmbio livre?

Não tem importância decisiva para a vida econômica do país e tampouco constitui o índice principal de avaliação do poder aquisitivo da moeda brasileira. Entretanto, não se pode desprezar o que acontece no setor do câmbio livre, uma vez que, embora com certo grau de deformação ali se refletem alguns traços essenciais da situação econômica geral.

O câmbio livre, assim chamado porque não submetido aos ângios e leilões oficiais, é alimentado sobretudo com as entradas de capital estrangeiro em dinheiro. Os maiores compradores do mercado de câmbio livre são as companhias estrangeiras, que precisam converter o cruzeiro em moeda do seu próprio país, a fim de remeter juros, dividendos, royalties, etc. A importação de mercadorias é feita, como se sabe, afora algumas exceções somente através da aquisição de divisas nas duas categorias cambiais — geral e especial — dos leilões do Banco do Brasil.

Como explicar, então, que a cotação do dólar no câmbio livre tenha subido, no período de um ano, de 70 para 118 cruzeiros, aumentando, pois, em mais de 100 por cento?

Não são necessários conhecimentos especiais de economia para explicar o fenômeno com o excesso da procura sobre a oferta. Mas isto não basta, porque é preciso explicar as causas do crescimento da procura e da relativa escassez da oferta.

O aumento da procura de divisas no câmbio livre é uma decorrência inevitável do aumento incessante das rendas do capital estrangeiro no país. Favorecido por escandalosos privilégios, o capital estrangeiro — em sua maior parte norte-americano — costuma registrar elevadíssimas taxas de rendimento,

VIDA ECONÔMICA

A Alta do Dólar no Câmbio Livre

evolunando-se este ainda mais com a inflação, que grassa no país. Captando enormes somas em cruzeiros, as companhias estrangeiras não só podem incrementar o seu capital com uma parte do lucro, que obtiveram aqui mesmo, como ainda aumentam as remessas para as suas matrizes. Isto significa, necessariamente, o crescente aumento da procura de dólares, libras e outras moedas no mercado de câmbio livre.

Por outro lado, a oferta dessas moedas, que deve decorrer sobretudo das entradas de capital estrangeiro, não acompanha a procura. Apesar do grande aumento de inversões estrangeiras, nos últimos anos, a maior parte delas se realiza sem cobertura cambial de acordo com a Instrução 113, isto é, entram no país já diretamente sob a forma de bens de produção. Assim é que, de janeiro a novembro do ano passado, o ingresso de capitais estrangeiros em bens de produção sem cobertura cambial somou 501,8 milhões de dólares. Já as entradas em dinheiro pelo mercado livre foram somente de 105,2 milhões de dólares (V. «Conjuntura e Desenvolvimento», n. 5, 1958 — pag. 79).

Assim, a elevação da cotação do dólar no câmbio livre é o resultado de um regime de privilégios para o capital estrangeiro, que lhe permite auferir rendas cada vez mais elevadas, avultadas ainda mais pela inflação dentro do nosso país.

Mas se esta é a tendência permanente e fundamental, ela não é suficiente para explicar um fenômeno de conjuntura como a elevação em 100 por cento na cotação do dólar.

Outros fatores intervêm no caso.

Em primeiro lugar somente no segundo semestre do ano passado, após a aprovação da nova lei de tarifas, é que se tornou obrigatório a transferência dos rendimentos do capital estrangeiro através do câmbio livre (até então, a transferência de faziam, em determinada porcentagem fixada por lei, pelo câmbio oficial). Assim, pois, com a vigência da nova lei de tarifas, era inevitável, em certa proporção, a elevação da cotação do dólar no câmbio livre.

O que acontece, porém, é que, nos últimos meses, esta elevação tomou um ritmo artificialmente desenfreado, alcançando, faz duas semanas, a taxa de Cr\$ 147,50, no Rio. Não resta dúvida que o fenômeno resultou de um clima de especulação alista, que sempre ocorre quando a procura supera a oferta. Em criar este clima se empenhou e se empenha a campanha suspetivista dos jornais, que se batem pela desvalorização do cruzeiro e pelo fracasso da política governamental de sustentação dos preços do café. Tal campanha coincide perfeitamente com o objetivo do governo de Washington, que insiste em exigir a reforma cambial para conceder novos empréstimos. E, embora a importância do câmbio livre seja muito limitada, não resta dúvida que a violenta subida do dólar na sua área, explorada por uma publicidade maciça, produziu um pânico generalizado.

Diante da situação, o sr. José Maria Alkmin resolveu intervir, garantindo às companhias estrangeiras o dólar do Banco do Brasil a Cr\$ 130,00. Em 72 horas, a cotação no

câmbio livre caiu para Cr\$ 130,00, com graves prejuízos para os especuladores. Mas, logo em seguida, recomeçava a alta, chegando o dólar a Cr\$ 134,00. É que as companhias estrangeiras não estavam procurando o Banco do Brasil, desprezando a sua taxa de Cr\$ 120,00, e algumas continuavam mesmo a comprar no câmbio livre, a uma taxa de Cr\$ 134,00! Há, pois, por parte dessas companhias o propósito deliberado de contribuir para a desvalorização do cruzeiro.

O sr. José Maria Alkmin se viu forçado a vir a público e aludir à «atitude suspeita» das companhias estrangeiras, ao mesmo tempo ameaçando os bancos que insistissem em lhes fornecer os dólares, que elas poderiam adquirir a uma taxa mais baixa no Banco do Brasil. A advertência do ministro da Fazenda paralisou momentaneamente o novo movimento de alta. Na terça-feira última, voltava o dólar a Cr\$ 130,00.

Não se pode deixar de reconhecer a justiça da posição do ministro da Fazenda, lutando contra uma cotação do cruzeiro artificialmente elevada e que não corresponde ao seu efetivo poder aquisitivo, apesar de tão reduzido pela inflação. Mas os meios empregados pelo sr. José Maria Alkmin não acendem senão a uma situação de conjuntura. Põe à disposição das companhias estrangeiras os dólares do Banco do Brasil. Correto pode fazer baixar a cotação no câmbio livre, mas à custa de uma redução na receita, já tão insuficiente, das divisas fornecidas aos importadores. O que significa despir o seu ponto para vestir outro. E aqui é preciso ressaltar que o dólar para importação tem, a ponto de vista dos interesses do país, muito mais importância que o dólar destinado às remessas do capital estrangeiro.

Ao mesmo tempo, anuncia o sr. José Maria Alkmin que já se encontram bastante adiantadas as negociações de um novo empréstimo nos Estados Unidos. Ainda aqui insiste o governo num dos recursos tradicionais para se aliviar de momentâneas aperturas financeiras e preparar novas e piores aperturas mais adiante.

A LIÇÃO DE UNIDADE DOS TRABALHADORES GAÚCHOS

A realização do III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos constitui mais um ato da cadeia unitária que vêm forjando os trabalhadores do Brasil. Suas resoluções não têm apenas importância para a conquista de reivindicações e direitos dos trabalhadores do grande Estado sulino, mas influirão poderosamente nas lutas que o proletariado brasileiro está travando.

Roberto Morena

O III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos é a continuação dos vários certames que os trabalhadores riograndenses realizaram e também dos inúmeros conclaves operários que se levam a cabo em todos os Estados do Brasil. Sem essas realizações, a unidade nacional dos trabalhadores e o valor e a eficiência das Confederações e Federações Nacionais, não seriam verdadeiras.

Os 264 delegados, representando 188 entidades sindicais, provindos de 29 municípios, que durante os dias 27 a 1º de maio, debateram e deliberaram sobre os mais palpitantes problemas operários, deram uma sobeja prova de conhecimento das leis sociais e trabalhistas e da forma como se aplicam. Por isso é que as críticas às suas falhas e deficiências, às novas formas de burlá-las, à deficiência e a inoperância dos órgãos estatais de fiscalização do cumprimento dessas leis, tem um conteúdo verdadeiro e concreto. Por isso também, as suas resoluções e propostas estão impregnadas de autêntica e justa aplicabilidade.

Além disso, o III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, demonstrou que o movimento sindical já não se circunscreve somente às capitais dos Estados ou cidades onde há um acentuado desenvolvimento fabril, vai atingindo também o interior, onde se acentua o despertar da consciência de classe e o espírito associativo. A presença de 139 entidades sindicais de 28 municípios, os mais importantes, sem dúvida, é um demonstrativo de que já se pode ir até aos trabalhadores do campo, pois, em muitos casos, havia representantes dos que trabalham no cultivo do arroz, do trigo, nas lides do campo, enfim. Estabeleceu-se nesse Congresso um melhor e mais fecundo contato dos trabalhadores industriais, do comércio, do transporte e do campo.

ESPIRITO DE UNIDADE, DEBATES VIVOS, CONHECIMENTOS DOS PROBLEMAS

O III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos se realizou em meio de uma grande agitação político-partidária. Duas candidaturas disputam o posto de governador, além

de candidatas a deputação federal e estadual, a vereança a senatoria, etc. Debates que têm atingido até a linguagem violenta, o fato teria reflexo no Congresso se não fosse já forte a compreensão, o espírito de unidade e, sobretudo, o compromisso de todos em manter o movimento sin-



A mesa que presidiu a sessão de abertura do Congresso, no momento em que fala Roberto Morena. A seu lado, vê-se o padre Urbano Rauch, representante dos círculos operários católicos. Presidindo a solenidade, o delegado do Trabalho, sr. Cly Hardman de Araújo

dical independente das competições político-partidárias. Dada a posição firme e unitária dos congressistas, é que foi possível elaborar um programa e um plano de trabalho apurados unanimemente que será apresentado aos sócios candidatos, sem preocupação estritamente partidária para que o examinem e o apoiem.

No Congresso participaram as autoridades estaduais, municipais e federais, que ou-

viam de viva voz, os delegados operários, que se expressaram sem nenhum constrangimento. Debates vivos, como gostam os gaúchos, mas com grande conhecimento dos fatos. As opiniões partidárias de cada delegado não feriram a unidade do Congresso,

INDEPENDENCIA DE CLASSE — CRÍTICAS E APOIO A MEDIDAS DO GOVERNO

Desde a instalação do Congresso até o fim, estiveram presentes várias autoridades: Delegado Regional do Trabalho, representando o Ministro do Trabalho, representantes do governo estadual e do município de Porto Alegre; todos os delegados regionais das várias instituições de previdência: IAPI, IAPC, IAP-TEC, IAPB, IAPM, CAPFESP, IPASE e outras repartições federais e estaduais. A presença de tão numerosos membros do poder executivo, longe de abalar a independência de classe dos participantes do Congresso, serviu de incentivo à sua crítica. No tocante, por exemplo, ao funcionamento da Comissão do Salário Mínimo, dos órgãos de previdência social, da fiscalização das leis do trabalho, do funcionamento da justiça do trabalho, as críticas foram acerbadas e os delegados dessas instituições tiveram de dar explicações e prometerem corrigir as faltas apontadas. Isso demonstra, como vai se enraizando a consciência do valor da classe operária, ficando para trás a timidez, o medo e o caráter bajulatório, com que certos dirigentes ou militantes sindicais se dirigiam às autoridades. Este foi o traço predominante dos discursos e debates do Congresso.

Do outro lado, não faltou também apoio às justas medidas tomadas pelo governo, tanto as que se referem aos interesses da classe operária, como a todo o povo.

CONTEÚDO DAS RESOLUÇÕES — REIVINDICAÇÕES E DIREITOS

Prevaleceu, evidentemente, o espírito e a forma que tem orientado os conclaves operários de 1956 para cá. O abandono das discussões gerais. Resoluções concretas, para execução imediata e outras que visam o aperfeiçoamento e democratização da legislação social e o sistema sindical vigente em nosso país. No que se refere ao salário-mínimo, por exemplo: convocação da Comissão e o imediato estudo das percentagens de seu aumento; aplicação da elevação da aposentadoria aos 55 anos de ida-

de e 35 de serviço; modificação e ampliação de vários itens, das leis sociais, que serão apresentados ao poder legislativo, para seu estudo e aprovação. O Congresso foi veemente na exigência da imediata aprovação da regulamentação do direito de greve, como aprovou a Conferência Sindical Nacional. Como vemos, são resoluções concretas, capazes de mobilizar e unir ainda mais os trabalhadores do Rio Grande do Sul.

ESPIRITO NACIONALISTA, DE PAZ E ANTIIMPERIALISTA

Foi vibrante o III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos na sua afirmação nacionalista, no seu conteúdo antiimperialista. Esta foi sua linha política. Da defesa da Petrobrás, e da industrialização nacional dos minerais atômicos pelo Estado se estendeu aos grandes problemas da produção fundamental do Rio Grande do Sul: a carne e o trigo. A nacionalização dos frigoríficos norte-americanos e ingleses foi reclamada, como uma necessária defesa da economia do Estado. Mas o mais importante é a decisão da campanha da C.E.E. do Rio Grande do Sul, que já está sendo objeto de debates tanto na Assembléia Legislativa, como na Câmara Municipal de Porto Alegre. Este é um problema vital para a economia do Rio Grande do Sul, sem o qual não pode desenvolver sua indústria, levar um pouco de conforto ao campo e melhorar e modernizar seu transporte. É necessário acabar com o truste americano que asfixia a produção de energia elétrica. Enfim, o Congresso golpeou, no seu âmago, os trusts e monopólios imperialistas, que dominam e sugam a economia do Estado.

Ao lado dessa, foi aprovada, sob aplausos, uma resolução para que se reclame do governo federal que levante sua voz na ONU, contra o emprégo, as experiências e o fabrico de armas nucleares. Nesta resolução se manifestou a ardente posição dos congressistas em defesa da paz.

UNIDADE DOS TRABALHADORES EM TODOS OS SENTIDOS

Como dissemos, o III Congresso dos Trabalhadores Gaúchos constitui uma poderosa contribuição à unidade nacional dos trabalhadores e seu movimento sindical. Primeiro, participaram do Congresso todas as federações estaduais existentes, a grande maioria de sindicatos e associações, a Delegacia Re-

gional da CNTI, trabalhadores da indústria, comércio, transporte, crédito, etc. Não faltou nenhum ramo industrial. Em nome dessas forças sindicais é que o Congresso se pronunciou, pela formação de um Conselho Consultivo e Permanente de todas as Confederações e Federações Nacionais, a fim de dirigir e congregarem o movimento sindical nacional.

Em segundo lugar, que o movimento sindical do Brasil envie esforços no sentido de restabelecer a unidade do movimento sindical mundial com a aproximação entre a CIOSL e a FSM.

O QUE ESPERAM OS TRABALHADORES GAÚCHOS DO SEU III CONGRESSO

Não se pode dizer que o Congresso não teve suas faltas ou deficiências. Uma delas, por exemplo, foi a ausência de algumas entidades mundiais. Outra foi a ausência de representações específicas dos trabalhadores do campo e a falta de uma boa delegação de mulheres trabalhadoras, dado o grande contingente de mão-de-obra feminina que há no Estado. Também não se discutiu e examinou a forma de aumentar e consolidar os efetivos sindicais, aliás deficiência de quase todos os conclaves sindicais que temos realizado no país.

Mas tudo isto pode ser superado se as resoluções forem levadas à prática com persistência. A maior responsabilidade cabe à Comissão Executiva Permanente do III Congresso e seu Conselho de Representantes, em que estão representados 19 municípios e 2 ramos industriais, os portuários e aeroviários. Estes órgãos são os dirigentes máximos do movimento sindical do Estado, constituem uma grande federação operária de âmbito estadual. De sua atuação viva, ativa e vigilante depende muito a aplicação das resoluções do Congresso e de outras iniciativas, que a própria vida diária engendra. Depende também do cumprimento do compromisso dos 264 delegados ao Congresso, que devem mobilizar suas entidades sindicais, e os trabalhadores. As resoluções do Congresso são armas de conquista, defesa e de unidade.

ATUAÇÃO E PAPEL DOS COMUNISTAS

No Congresso participaram todas as tendências políticas e filosóficas: trabalhistas, comunistas, socialistas, pesse-distas, católicos, (a força dos círculos operários católicos), etc. Apesar de que se está em plena campanha eleitoral, houve unidade e mútuo respeito e compreensão entre todos. O encerramento se deu na Pontifícia Universidade Católica e no 1 de Maio, participaram todos os organismos sindicais, círculos operários católicos, católicos, SESI, SENAC, etc. Não houve constrangimento para ninguém.

Podemos dizer, com satisfação e orgulho, que os comunistas, que ocupam importantes postos no movimento sindical gaúcho, foram os que mais contribuíram para a unidade alcançada. Isto demonstra que estão compreendendo e aplicando as decisões da declaração política do Comitê Central e na prática realizando esforços positivos para romper com os erros sectários do passado.

Esse esforço foi saudado pelos congressistas e nesse caminho os comunistas serão cada vez mais apoiados e incentivados pelos combativos trabalhadores gaúchos, herdeiros de tantas tradições democráticas de que está cheia a história do Rio Grande do Sul.

CAMPANHA DIVERSIONISTA DO ITAMARATI

Estranha reunião de dirigentes sindicais presidida por D. Odete

Noticiaram os jornais que se realizou no Itamarati, sob a presidência da tão comentada embaixadora D. Odete de Carvalho Souza, uma reunião de dirigentes sindicais. A princípio, parece bastante esquisito que D. Odete possa presidir um encontro de líderes de trabalhadores. Acontece, porém, que foram esses mesmos líderes, cujos nomes não são citados, que solicitaram a referida reunião, objetivando receber do Itamarati, a devida orientação para combater a formação do chamado Mercado Comum Europeu. A oportunidade desse incremento combate será a Conferência Internacional do Trabalho, a reunir-se em junho próximo, na cidade de Genebra.

Os assessores técnicos do Itamarati, presidido por tão arejada figura como D. Odete, se esmeraram em dotar os dirigentes sindicais de farta argumentação, que lhes permita arremeter de lança em riste contra os iníquos propósitos do Mercado Comum Europeu. O ponto central desta argumentação consiste no seguinte: os países europeus, que se associarão no Mercado Comum (Alemanha Ocidental, França, Itália, Bélgica, Holanda, e Luxemburgo), com a Inglaterra associada por debaixo do pano, irão explorar intensivamente as colônias africanas, aproveitando-se de sua mão de obra barata para desenvolver a exportação de matérias primas e gêneros alimentícios, vindo assim a fazer perigosa concorrência aos países da América Latina. O Itamarati se mostra particularmente comovido com a sorte dos trabalhadores africanos, sujeitos a baixos salários e que certamente não se beneficiarão dos lucros das inversões europeias.

Alguém desavisado poderia chegar à conclusão de que o

Itamarati do sr. Macedo Soares está finalmente decidido a proteger os interesses do Brasil (já ameaçado presentemente pelo café africano) e, além disto, a pugnar generosamente pela elevação do nível de vida dos trabalhadores africanos.

Tudo não passa, porém, de hipocrisia e refinado diversionismo. O Itamarati do sr. Macedo Soares e de D. Odete, sabe muito bem que a formação do Mercado Comum Europeu, não poderá ser obstada por essa ridícula campanha, que pensa promover, utilizando até dirigentes sindicais como instrumento. Apesar disto, vem fazendo alarme em torno do assunto, enquanto paraliza qualquer iniciativa no sentido da medida, que estão ao seu alcance e que são reclamadas pelo povo brasileiro. A propósito do Itamarati, o que se conhece é a subserviência de nossa política exterior ao Departamento de Estado norte-americano. O que se conhece é a resistência a estabelecer relações com a URSS. Ainda em recente declaração, o sr. Macedo Soares voltava a afirmar — contra toda a evidência — que não há vantagens para o Brasil em comerciar com a União Soviética e outros países socialistas. Tampouco se conhece qualquer iniciativa concreta do nosso ministério das relações exteriores em favor dos povos africanos, que lutam pela sua libertação. Nos organismos internacionais, continua a diplomacia brasileira a ajudar os opressores desses povos.

Uma campanha contra o Mercado Comum Europeu — que é iniciativa de monopólios imperialistas — seria compreensível no quadro geral de uma política exterior realmente subordinada aos interesses nacionais. Da maneira como surgiu, porém, só pode despertar suspeitas,

E esta suspeita se confirma com a propaganda que o chanceler Macedo Soares vem fazendo da criação de um mercado comum latino-americano, que teria caráter de represália contra o comércio europeu. Inclusive há pouco, em discurso que proferiu na Colômbia, esta tecla foi novamente tocada.

Nada mais legítimo do que empenhar-se pelo estreitamento das relações econômicas entre os países da América Latina. Ao mesmo tempo, porém, nada mais perigoso do que a idéia de um mercado comum latino-americano aplicada por homens como o atual ocupante do Itamarati. Pois tal mercado não viria a ser senão a ampliação da possibilidade de domínio e exploração dos monopólios norte-americanos «ao sul do Rio Grande». O sr. Garrido Torres, que não prima por posições nacionalistas, também se mostra entusiasta do mercado Comum Latino-americano, entre outros motivos porque abriria ao capital estrangeiro «horizontes que presentemente não existem», como afirmou em recente conferência.

Os trabalhadores brasileiros não podem deixar de lutar desinteressadamente pelos direitos dos seus irmãos africanos. Como patriotas, estão na primeira fila na luta pela emancipação nacional. Por isto mesmo, não se compreende que dirigentes sindicais consistam em servir de instrumento a manobras do Itamarati, cujos atuais dirigentes já demonstraram de sobejo a sua recusa em aplicar uma política exterior, que, por ser efetivamente nacional, deve nos aliar para a luta antiimperialista com os povos subdesenvolvidos da América Latina, da África e da Ásia.

Necessário Programa Nacionalista no Setor Atômico

MARTIN JERÔNIMO

O SEMINÁRIO DE BELO HORIZONTE

Nem sequer dois anos se passaram. Reunidos em seminário na capital mineira, os mais destacados nomes da ciência atômica brasileira, entre eles os professores Cesar Lattes, Jaime Thomso, Leite Lopes, José Goldenberg e Luiz Marques, constringidos novamente a deixarem suas salas de estudo em detrimento de suas pesquisas, lançam à Nação um novo alerta: «Apesar das aparências enganosas, continuam sendo boicotado o nosso desenvolvimento atômico».

Em todas as suas intervenções no debate de Belo Horizonte, os cientistas faziam sentir sua inquietação e sua decisão de promover um novo debate nacional que revelasse à opinião pública e às autoridades o ressurgimento da ameaça à independência da política atômica brasileira.

Concentrando seus ataques nas atividades da Comissão Nacional de Energia Nuclear, os cientistas revelaram, em longas exposições, que o órgão responsável pela política atômica brasileira quase nada realizara. O pouco que fizera entrava em contradição chocante com as determinações do Conselho de Segurança aprovadas pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1956. Assim, não somente não foram denunciados os acordos de prospecção que permitiam aos norte-americanos o conhecimento de nossos reservas de urânio — conhecimento que nos era vedado, — como novos acordos

foram assinados, com as mesmas características nocivas aos interesses nacionais. Por estranha coincidência, como se observou em Belo Horizonte, apesar de que o almirante Otacilio Cunha, presidente da CNEN, anunciava repetidas vezes a elaboração de acordos atômicos com países europeus, todos os acordos que de fato foram transformados em realidade consistiram em «programas conjuntos» com os Estados Unidos. Como era inevitável, o Simpósio de Belo Horizonte teve pronta e larga repercussão. Em virtude, entretanto, de fatores diversos, tais como a presente situação econômico-financeira e a proximidade das eleições, a questão não encontrou, junto às autoridades legislativas e executivas, clima propício à abertura de um amplo debate nacional. Valendo-se disto, os responsáveis pela política atômica fizeram «ouvidos de mercador» às críticas levantadas na capital mineira e na imprensa carioca. Esporadicamente, surgiram na chamada «imprensa amarela» pretendendo apagar as inquietantes repercussões dos maiores nomes de nossa ciência com as acusações clássicas: o Seminário de Belo Horizonte não passaria de um «convésote vermelho» e os que lá estiveram seriam «agentes de potências estrangeiras».

PROGRAMA NACIONAL ATÔMICO

Quais as razões das inquietações dos cientistas? Em que consistem as suas críticas? Porque, dois anos apenas após a «vitória» de 56, voltam eles a alertar o país? Eis, resumidamente, o que pensa a unanimidade dos nossos homens de ciência.

Dispondo o Brasil de apreciáveis reservas de minerais atômicos e da potencialidade industrial e técnica indispensáveis ao aproveitamento futuro da energia atômica e, por outro lado, tendo em vista que somente dentro de aproximadamente dez ou quinze anos virá a nossa economia a necessitar de uma intensa aplicação desta forma de energia, tudo nos aconselha à elaboração de um programa a longo prazo, de um esforço conjunto e planejado que permita ao Brasil, quando de fato tiver alcançado a sua era atômica, dispôr de uma indústria atômica independente. Para que esta independência futura seja garantida, torna-se necessário não somente a imediata mobilização nacional de todas as nossas disponibilidades em técnicos, cientistas, aparelhamento e recursos financeiros, como a imediata iniciação de um longo trabalho de conjunto para a realização das diversas etapas que ainda nos separam da autossuficiência técnica, científica e industrial, no setor atômico. Em duas palavras: um Programa Nacional Atômico, a longo prazo e visando a conquista, em tempo útil, de nossa independência no campo da energia nuclear.

Para a elaboração de um tal programa seria necessário, evidentemente, a convocação nacional dos cientistas e técnicos nacionais, sem os quais não é possível traçar o caminho a seguir. Esta afirmação — que normalmente deveria ser considerada um truismo ridículo — é necessária, quando se sabe que o afastamento dos cientistas de qualquer posto de direção, planificação ou assessoramento tem sido a principal preocupação dos atuais responsáveis pela política atômica brasileira.

O objetivo central do programa seria, de acordo com o que ficou dito acima, criar as condições indispensáveis para que o Brasil venha a construir seus próprios reatores e usinas atômicas, servindo-se de seus próprios cientistas e técnicos (brasileiros ou estrangeiros aqui radicados) e valendo-se do combustível atômico nacional. Isto vale dizer que o programa deveria prever a realização paralela de diversas metas: formação intensiva de cientistas e técnicos; treinamento dos mesmos na técnica de fabricação de reatores; preparação da indústria para as tarefas que lhe caberão na produção de reatores e de toda a instrumentação necessária; instalação das usinas de industrialização dos minérios visando sua transformação em combustível nuclear, etc.

Evidentemente, é desnecessário responder aqui as considerações derrotistas dos que afirmam ser este um programa utópico «fora das possibilidades brasileiras». Este tipo de argumentação — lugar comum do entreguismo no Brasil — já está suficientemente desmoralizado; o exemplo da Petrobrás, também apontada como utopia e sonho de doidos, responde por si só a tais afirmações. Convem observar, entretanto, não haver dúvidas sobre a possibilidade de realização do programa exposto, levando-se em conta seu caráter de plano a longo prazo.

Traçado, em suas linhas gerais, o programa atômico exigido pelos interesses nacionais e apontados pela unanimidade de nossos cientistas, resta insistir em um ponto essencial. O fato de que o Brasil dispõe de cerca de dez ou quinze anos para a plena realização de um programa que conduza à produção independente de reatores e usinas não implica em que se adote a atitude do «temos muito tempo» ou em que se prossiga na política de importar reatores e assinar acordos de «programa conjunto» para impressionar a opinião pública. Pelo contrário, o êxito do programa só estará assegurado se se começar hoje a execução de suas primeiras etapas.

POLÍTICA QUE NÃO CONVÉM AO BRASIL

Com base em todas estas considerações, estamos aptos a responder às perguntas expostas acima.

Os cientistas brasileiros se inquietam por verificarem que as autoridades responsáveis por «nosso desenvolvimento atômico» não somente não têm um programa (a CNEN apresentou recentemente o que qualifica seu programa para 1958 (sic): uma série de acordos para importação de reatores e prospecção de minerais) como vêm comprometendo nosso futuro através de acordos nocivos aos interesses nacionais. Prosseguindo em tal política, estamos decretando nossa futura dependência do exterior em energia atômica. Com isto, estarão realizados os dois objetivos fundamentais da política norte-americana neste setor: assegurar ao mesmo tempo uma fonte de fornecimento de materiais atômicos e um mercado para seus reatores e, em segundo lugar, dificultar, na medida do possível, o nosso desenvolvimento industrial. Com efeito, tendo minérios e não sendo capazes de produzir reatores, seremos forçados a exportar combustível e importar os reatores que serão indispensáveis à nossa economia.

Como ficou dito no início, diversos fatores contribuíram para que o problema atômico não se tornasse, no momento, objeto de um debate nacional. A questão entretanto continua de pé. O debate se impõe mais do que nunca e seus temas poderão ser assim resumidos: — Convocação Nacional dos Cientistas e Técnicos — Elaboração de um Programa Nacional de Energia Atômica e sua Imediata Execução.

Com as decisões adotadas em agosto de 1956, em consequência de um dos maiores escândalos políticos das últimas décadas — quando os instrumentos brasileiros do entreguismo foram mostrados, em plena luz do dia, ao povo brasileiro — com a aprovação solene pelo Presidente da República das Diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Segurança; com a proibição da venda (melhor seria dizer do furto) de nossos minérios atômicos e, finalmente, com a criação de uma Comissão Nacional de Energia Nuclear — encarregada de executar a política traçada pelas Diretrizes — tudo parecia indicar que o Brasil se libertaria de vez da tutela norte-americana em sua política atômica e encontraria facilmente seu caminho para um desenvolvimento independente do aproveitamento da energia atômica. A opinião pública nacional, que conhecera nas manchetes dos jornais os caixeiros-viajantes e os «public relations» do imperialismo em nosso país (os Távora, Neves da Fontoura, etc., etc.) e que não lhes esquecerá os nomes e as manobras, ganhou confiança e passou a esperar da atividade governamental a conquista de nossa independência neste setor de energia, transcendental para o futuro desenvolvimento industrial do país.

Também os cientistas brasileiros, que haviam deixado seus laboratórios para denunciar à Nação os perigos que corria e o assalto de que era vítima, voltaram aos seus trabalhos, com a esperança de poder recuperar o tempo perdido. Voltavam com ânimo renovado pela certeza adquirida de que os interesses nacionais seriam defendidos.

Esplêndida Demonstração de Unidade Pela Cooperação e Pelo Desarmamento

O QUE FOI O CONGRESSO ARGENTINO PELA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, O DESARMAMENTO GERAL E A SOBERANIA NACIONAL — VOTOS DE ÊXITO DO PRESIDENTE FRONDIZI — REPERCUSSÃO NO PARLAMENTO — REPRESENTADOS DEZ PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E O CONSELHO MUNDIAL DA PAZ

Constituiu esplêndida demonstração de unidade das mais diversas forças políticas, econômicas e sociais, na defesa da paz e da emancipação nacional, o recente Congresso Argentino pela Cooperação Internacional, o Desarmamento Geral e a Soberania Nacional.

Convocado por uma «Declaração» de caráter extremamente amplo, subscrita por eminentes personalidades e por organizações as mais diversas, entre as quais o Conselho Argentino da Paz, realizou-se a grande assembleia no imponente «salão de atos públicos» da «Facultad de Derecho». Mais de mil pessoas, reunidas na nova sede da mais antiga escola da Universidade de Buenos Aires, aplaudiram de pé os votos de êxito, enviados à sessão inaugural do Congresso pelo Presidente Frondizi. Nos três dias que se seguiram, a assistência às sessões plenárias aumentou continuamente, superlotando completamente não só o «salão de atos» e a «aula magna», como outras dependências da escola, nas quais funcionavam as 6 comissões de trabalho.

O Congresso foi presidido pelo Dr. Pablo Borrás, membro da Academia de Medicina, e um dos fundadores do movimento dos médicos argentinos contra as bombas nucleares. Deputados nacionais e provinciais, conselheiros municipais, e dirigentes dos principais partidos políticos — como a União Cívica Radical Intransigente, à qual pertence Frondizi, a União Cívica Radical do Povo, o Partido Conservador, o Partido Comunista, e o Partido Democrata-Progressista, figuraram na comissão patrocinadora. Ao lado dessas personalidades, estavam dezenas de organizações sindicais, da importância do Sindicato dos Trabalhadores de Águas e Energia Elétrica, da Indústria Química, da Construção Civil e das Associações de Trabalhadores de Yacimientos Petrolíferos Fiscales; professores, universitários e artistas, e centenas de peque-

nas organizações populares as mais diversas. A participação oficial destas últimas foi aliás um dos caracteres mais importantes do Congresso, dos que mais impressionou os delegados estrangeiros. Além das que já figuravam no manifesto de convocação, chegavam a cada instante as manifestações de apoio de clubes desportivos, organizações «de vizinhos», isto é, associações de bairros, grêmios de artistas, círculos de cultura, etc. Na segunda sessão plenária foi lido um telegrama de adesão de todo o governo da província de Charcas, subscrito pelo governador e todos os seus ministros. Da mesma forma se manifestou o Conselho Municipal de Rosário.

IMPORTANTE DECISÃO DA BANCADA MAJORITÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

No dia em que se iniciava o Congresso, um grupo de deputados da União Cívica Radical Intransigente apresentou na Câmara dos Deputados um projeto de declaração, que é apoiado por toda a bancada majoritária naquela Casa do Parlamento argentino. Essa declaração, que será votada dentro de poucos dias, exprime os votos do Parlamento argentino, dirigidos às potências que possuem armas nucleares, no sentido da imediata suspensão das explosões experimentais. Os autores do projeto comunicaram sua apresentação aos participantes do Congresso, por meio de um ofício cuja leitura despertou extraordinário entusiasmo.

CADEIA DE MANIFESTAÇÕES OFICIAIS DAS UNIVERSIDADES ARGENTINAS

A posição tomada pela Congregação da Faculdade de Direito de Buenos Aires, ao ceder seu salão nobre e outras dependências para a realização do Congresso, foi sem dúvida consequência das sucessivas tomadas de posição

das diversas Universidades argentinas, contra as armas nucleares, que se iniciou com uma resolução do Conselho da Universidade do Litoral, e prosseguiu nas manifestações oficiais das congregações das Universidades Nacionais do Sul, do Nordeste, e de Buenos Aires.

CARÁTER DO CONGRESSO — OS TRABALHOS DAS COMISSÕES

O Congresso, cuja grande amplitude fica assim documentada, teve um conteúdo ao mesmo tempo de defesa da paz e antiliberalista, de acordo com a tradição do movimento de massas argentino. Foi assim que, ao lado dos temas ligados ao desarmamento e à cessação das experiências nucleares, o problema da defesa do petróleo constituiu uma das preocupações centrais, tanto nas intervenções dos delegados e personalidades, como nos trabalhos das comissões. Os mais diversos problemas relativos à defesa da soberania nacional, à emancipação econômica do país, e à cooperação internacional, baseada nas relações econômicas e culturais com todos os povos, independentemente de seus sistemas sociais, foram objeto de aprofundados debates nas Comissões. Causou funda impressão o alto nível das intervenções. Foram utilizadas inclusive projeções de dispositivos. O ambiente era de debate absolutamente livre e democrático, a tal ponto que uma das comissões decidiu tornar públicos dois textos de resoluções, um aprovado pela maioria, e outro pela minoria. Observe-se que a divergência aí verificada não impediu o acordo nas questões fundamentais, limitando-se a diferenças de apreciação política e de formulação.

POR UM CONGRESSO DOS POVOS DA AMÉRICA LATINA

O Conselho Mundial da Paz foi representado no Congresso por um de seus vice-presidentes, o reverendo pastor

protestante canadense J. Endicott, cujo discurso, pronunciado em inglês, foi traduzido para o espanhol pela escritora Maria Rosa Oliver, dirigente do Conselho Argentino da Paz.

Entre as resoluções do Congresso figura uma saudação ao Presidente Frondizi, «pelas reiteradas manifestações do primeiro mandatário sobre sua decisão de realizar, interna e externamente, uma política independente, digna, de paz e cooperação com as outras nações». A realização do Congresso constituiu sem dúvida, por sua amplitude e repercussão, um reforço poderoso a essa posição de Frondizi. Da amplitude e repercussão do Congresso constitui testemunho o fato de ter sido ele diariamente noticiado nos principais jornais de Buenos Aires, e nas transmissões de rádio.

Os movimentos da paz de 10 países latino-americanos enviaram representantes, que participaram do Congresso como convidados: México, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Brasil, Paraguai, Uruguai e Cuba. Entre esses representantes viam-se personalidades como o general Heriberto Jara, do México, e o general Gabaldon, da Venezuela. A situação nova em desenvolvimento na América Latina tornou possível o florescimento do movimento de massas pela paz e a independência nacional em países como a Colômbia, o Peru e a Venezuela, que até há bem pouco eram dominados por ditaduras antidemocráticas. Levando em conta essa situação nova, o Congresso argentino, pela Cooperação Internacional decidiu formular um voto para que se realize, ainda este ano, um Congresso dos Povos da América Latina, tendo como objetivo central contribuir para que as repúblicas latino-americanas adotem uma política independente e de paz.



Deputado Dagoberto Sales, destacado nacionalista do PSD e participante dos inquéritos da Câmara, particularmente no que se refere aos problemas atômicos.

UMA das expressões mais marcantes da etapa de desenvolvimento democrático em nosso país é este órgão específico, com suas características nacionais próprias: a comissão parlamentar de inquérito.

Comissões semelhantes existiram no passado e existem ainda, sob diferentes nomes, criadas em assembleias nacionais, regionais ou locais, em muitas nações. Mas se nos Estados Unidos, por exemplo, as comissões parlamentares de inquérito, sobretudo as que surgiram sob a influência do macarthismo, se apresentam como alçadas inquisitoriais, verdadeiro flagelo antidemocrático, instrumento de terror brandido por agentes do capital monopolista contra a livre manifestação do pensamento e as prerrogativas populares, principalmente as da classe operária e dos setores políticos de vanguarda, no Brasil elas são o contrário disso. Aqui funcionam à moda do primitivo parlamento francês, o tribunal que desempenhou papel relevante na luta da burguesia nascente e outras forças populares pela abolição dos privilégios feudais e pelo predomínio dos estados gerais sobre o absolutismo baseado no direito divino.

Comissões existentes

Entre as comissões permanentes, de comissões especiais com a incumbência de opinar sobre emendas à Constituição, das chamadas comissões mistas, como as que estudam neste momento a revisão da Consolidação das Leis do Trabalho, o problema do inquilinato, a reforma geral do sistema administrativo da União e a reforma agrária, funcionam no Palácio Tiradentes nada menos de trinta e duas comissões de inquérito.

Monopólio de Seguros no principal estabelecimento de crédito do país; para estudar a situação que atravessa a pecuária nacional e indicar as medidas necessárias à normalização do comércio de gado; para apurar as causas determinantes de diminuição do volume d'água do rio Paraíba e estudar a regularização do seu curso desde a formação até a foz; para investigar a aplicação das dotações orçamentárias da União e outros recursos; para examinar as graves ocorrências do Sudeste do Paraná e propor medidas legislativas, a fim de resolver os problemas de posse e de propriedade das terras situadas na região; para investigar a organização do sistema ferroviário nacional; para apurar a ocorrência de fraudes cambiais ou fiscais e a evasão de ágio e sobretaxas em importações irregulares. Há ainda outras, relativas a denúncias de determinados fatos lesivos a empresas autárquicas, irregularidades em serviços públicos, etc.

Não é preciso acentuar a significação da atividade desses verdadeiros tribunais constituídos de membros do poder legislativo, com a auto-



O Gen. Juarez Távora, quando depunha

ridade imaneente da representação popular. Alguns deles são menos operantes, arrastam seu trabalho com morosidade, outros praticamente não funcionam.

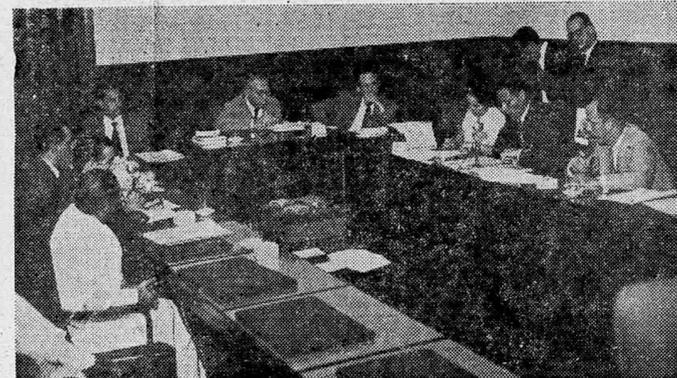
Política exterior

Uma das comissões de inquérito mais criticada nesse sentido é a que se constituiu para estudar a política exte-

ria comissão e os que a presidem principalmente. Criada pela resolução n. 87, de 1957, ela já ultrapassou o prazo para a apresentação de parecer, fixado até 19 de março último.

Defesa da Petrobrás

Outras, no entanto, primam por seu zelo patriótico e estão em dia com os aconteci-



Reunião de uma das comissões de inquérito da Câmara

rior em geral e particularmente os efeitos do malsinado Acórdão Militar com os Estados Unidos. Talvez ela detenha até agora o recorde de lentidão, merecendo o signo na tartaruga. Preside-a o Sr. Vieira de Melo, indicado para o posto quando na liderança da maioria. Tem como vice-presidente o Sr. Rafael Corrêa, da UDN. Seus demais membros são os Srs. Chagas Rodrigues, PTB, Augusto Vieira, PR, Carlos Lacerda, UDN, Guilherme de Oliveira, PSD, Horácio Lacerda, PSD, Jefferson Aguiar, PSD, Leonardo Barbieri, PSD, Newton Carneiro, UDN e Nogueira da Gama, PTB. Sendo o assunto de que ela devia tratar um dos mais sérios e urgentes, pois diz respeito ao desenvolvimento ou à paralisação da economia do país, em sua natural conexão com o comércio material e cultural com todos os povos do mundo, além de que envolve o problema da própria soberania nacional, em face da situação de monopólio dos negócios exteriores e até da segurança militar, não pode a opinião pública aceitar esse comportamento dos deputados que a compõem. Já se fizeram ouvir no plenário da Câmara justas críticas ao descaso que revelam, senão todos, no mesmo grau de responsabilidade a maioria des-

mentos, honrando seu mandato. É de justiça indicar, entre as que assim atuam, a comissão relativa ao petróleo. Com o seu trabalho em dia, pode intervir imediatamente, no caso das mais recentes acusações levantadas através da imprensa contra o presidente da Petrobrás. Durante mais de três horas o coronel Janari Nunes foi ouvido pela comissão de inquérito. Fez acompanhar seu depoimento de filmes, fixando aspectos da exploração do petróleo nas regiões do Amazonas, Maranhão, Bahia e Alagoas, bem como de farta documentação oficial, relatórios dos órgãos técnicos da empresa, quadros estatísticos, contabilidade do movimento financeiro e da produção, refinação, venda e exportação de petróleo e derivados. Contestou as acusações relativas a um suposto lançamento ao mar de óleo de Mataripe, a contratos com firmas estrangeiras para a extração do petróleo, a estocagem nos petroleiros, a violação dos estatutos, a entrega da indústria petrolífera ao grupo colonialista Melon, dos Estados Unidos. Prosseguiu em suas minuciosas declarações o presidente da Petrobrás numa nova audiência da comissão parlamentar, realizada no curso desta última semana. A investigação continuará. Deve-

do ser ouvido o diretor do "Diário de Notícias", Sr. João Dantas, entre outras pessoas.

Energia atômica

A comissão que investiga sobre o problema da energia atômica é das que mais trabalham. Criada em dezembro de 1956, pela resolução n. 49, acaba de apresentar extenso e fundamentado pa-

consideração do plenário, interessando aos círculos administrativos, políticos e econômicos, enfim, a toda a opinião nacional.

Pode-se fazer uma ideia da importância da investigação pela qualidade dos depoimentos. Assim é que foram ouvidos, horas a fio, os ex-chanceleres Raul Fernandes e João Neves da Fontoura, o ministro Edmundo Barbosa da Silva, diretor do Departamento Econômico do Itamarati, o almirante Alvaro Alberto, ex-presidente do Conselho Nacional de Pesquisas Atômicas, o general Juarez Távora, ex-chefe do gabinete militar da presidência da República, os deputados Horácio Lacerda e Renato Archer, o general Anápio Gomes, o general José Bettarini Guimarães, o Sr. Augusto Frederico Schmidt, da Orquima, representantes do Conselho de Segurança Nacional, do estado-maior das forças armadas, de ministérios e serviços técnicos, professores, químicos e físicos especializados, quais os professores José Leites Lopes, Marcelo Dany de Souza Santos, Joaquim Costa Ribeiro, José Batista de Oliveira e Hervaldo de Carvalho, coronel Edgard Alves Lopes (em depoimento secreto), Sr. Avelino Inácio de Oliveira, Sr. Djalma Guimarães, Sr. Ernesto Guimarães, Sr. Francisco Maffei, Sr. Pawel Krumholtz, Sr. Márcio Aldo Vieira Rosa, Sr. Major da Silva Pinto, major Werner Hjalmar Gross, Sr. Héctor Facanha da Costa, Sr. Boris Davidovitch, Sr. Afonso de Silveira Fragozo, Sr. Inácio Tosta Filho, Sr. João Cleofas, tenente-coronel Antônio Carlos de Andrade Sampaio. A comissão realizou audiência na praça de Guaratã, Espírito Santo, e no Rio de Janeiro, em companhia dos coletores Alberto Erichsen e Pau-

los. Os depoentes a despeito de uma ampla liberdade, não se limitaram nem na escolha dos meios e formas de exposição de seu pensamento e alegação de fatos, nem a alegar no tempo. Ouviu-os a comissão incansavelmente, horas e horas, em alguns casos durante várias audiências. Nenhuma pergunta capzosa foi apresentada, os depoentes sentiram-se à vontade para responder questões que decorriam quase sempre de sua narrativa ou de suas opiniões. E então a realidade se tornou a tona sem esforço, os depoimentos concordando quase sempre com as ilações a que o inquérito deveria chegar.

A propósito, por exemplo, da avaliação das reservas nacionais de monazita, falaram diversos técnicos, como o Sr. Avelino Inácio de Oliveira, diretor do Departamento de Produção Mineral e representante desse órgão na Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, o engenheiro Bastos Pouchain, referindo-se ao trabalho que se fazia em companhia dos coletores Alberto Erichsen e Pau-



Diante da comissão que investiga as atividades das comissões de inquérito, o Sr. Juarez Távora e seus advogados se viram em situação

Notável Experiência Democrática:

Elevam o Prestígio do Parlamento As Suas Comissões de Inquérito

PERSONALIDADES DE PROJEÇÃO OUVIDAS POR ESSES TRIBUNAIS DA REPRESENTAÇÃO POPULAR — ANTE OS FATOS, O SR. JUAREZ TAVORA LAMENTA-SE: «VÃO DIZER QUE ESSE GENERAL DE CABEÇA BRANCA É UM VENDIDO DOS ESTADOS UNIDOS» — MAIS OPEROSAS AS COMISSÕES DO INTERIOR E O MALSINADO ACÓRDO MILITAR

Reportagem de Pedro MOTTA

foi a base de tão farto material que o relator, Sr. Dagoberto Sales, redigiu seu parecer, em 20 de março último, por unanimidade.

Almirante A. Alberto

O caso do almirante Alvaro Alberto, cuja demissão do cargo de presidente do Conselho de Defesa Nacional, em 1956, foi objeto de uma das comissões de inquérito da Câmara de Deputados, teve um momento de excepcional emoção foi o que marcou o exame dos documentos secretos.

Esses dados objetivos puseram abaixo a tese da Orquima, sustentada perante a comissão pelo Sr. Augusto Frederico Schmidt. Verificando que, mesmo depois da proibição de exportação, contida no artigo 4º da lei 1.310, aquela empresa estrangeira se aparelhou para tratar cerca de 5 mil toneladas anuais de monazita, delas extraindo 250 toneladas de óxido de tório, a comissão indagou de seu representante como explicava essa conduta.

O Sr. Schmidt expôs seu pensamento extensamente, fundamentando-o em alegações patrióticas. Declarou ter a Orquima a esperança "de que o país o bom senso sobre este fato e que ele não se sacrificasse completamente com as teorias suicidas de que o Brasil não pode exportar". O ministro Barbosa da Silva também é contra a proibição de exportação, argumentando inclusive em termos de estratégia militar: a não exportação de monazita seria uma perda de 2 milhões de toneladas em reservas, como admitir que deixamos levar o pouco que nos resta, isto é apenas 45 ou 70 mil toneladas?

Sobretudo quando, segundo o Sr. Héctor Facanha, as jazidas exploradas até agora foram as de alta concentra-

ção, de teor elevado. E o técnico informava: "Estas já não existem mais, foram todas carregadas para o exterior."

Situação do Gen. Juarez

Momento de excepcional emoção foi o que marcou o exame dos documentos secretos.

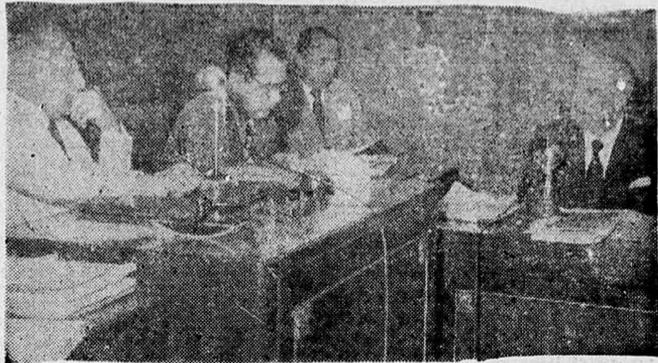
O relatório da comissão parlamentar constitui mais um valioso apoio à nota política atômica traçada pelo governo, a partir do comunicado de 30 de agosto de 1956, assinado pelo general Nelson de Melo, chefe do gabinete militar da presidência e secretário do Conselho de Segurança Nacional. Depois de assinalar a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear e do Fundo Nacional de Energia Atômica, que adota um programa de pesquisas e prospecção, bem como do estabelecimento a curto prazo das indústrias de produção de combustíveis atômicos com o uso dos minérios nacionais, suspendendo-se a sua exportação e denunciando-se o Acórdão Atômico de Prospecção Conjunta e do contrato de exportação de óxido de tório, com o enunciado formal do princípio de liberdade de comércio com todos os países amigos, sem prioridades, e relatório conclui:

Tese da Orquima

Esses dados objetivos puseram abaixo a tese da Orquima, sustentada perante a comissão pelo Sr. Augusto Frederico Schmidt. Verificando que, mesmo depois da proibição de exportação, contida no artigo 4º da lei 1.310, aquela empresa estrangeira se aparelhou para tratar cerca de 5 mil toneladas anuais de monazita, delas extraindo 250 toneladas de óxido de tório, a comissão indagou de seu representante como explicava essa conduta.

O Sr. Schmidt expôs seu pensamento extensamente, fundamentando-o em alegações patrióticas. Declarou ter a Orquima a esperança "de que o país o bom senso sobre este fato e que ele não se sacrificasse completamente com as teorias suicidas de que o Brasil não pode exportar". O ministro Barbosa da Silva também é contra a proibição de exportação, argumentando inclusive em termos de estratégia militar: a não exportação de monazita seria uma perda de 2 milhões de toneladas em reservas, como admitir que deixamos levar o pouco que nos resta, isto é apenas 45 ou 70 mil toneladas?

Sobretudo quando, segundo o Sr. Héctor Facanha, as jazidas exploradas até agora foram as de alta concentra-



Uma comissão em pleno trabalho

do Vargas. O governo saiu do golpe de 24 de agosto demitiu o almirante Alvaro Alberto, e as máquinas compradas e pagas continuaram na Europa. Prevalecia o propósito dos norte-americanos, que era o de impedir que procurássemos desenvolver por nossa conta o estudo e a futura exploração da energia nuclear.

Almirante A. Alberto

O caso do almirante Alvaro Alberto, cuja demissão do cargo de presidente do Conselho de Defesa Nacional, em 1956, foi objeto de uma das comissões de inquérito da Câmara de Deputados, teve um momento de excepcional emoção foi o que marcou o exame dos documentos secretos.

Esses dados objetivos puseram abaixo a tese da Orquima, sustentada perante a comissão pelo Sr. Augusto Frederico Schmidt. Verificando que, mesmo depois da proibição de exportação, contida no artigo 4º da lei 1.310, aquela empresa estrangeira se aparelhou para tratar cerca de 5 mil toneladas anuais de monazita, delas extraindo 250 toneladas de óxido de tório, a comissão indagou de seu representante como explicava essa conduta.

O Sr. Schmidt expôs seu pensamento extensamente, fundamentando-o em alegações patrióticas. Declarou ter a Orquima a esperança "de que o país o bom senso sobre este fato e que ele não se sacrificasse completamente com as teorias suicidas de que o Brasil não pode exportar". O ministro Barbosa da Silva também é contra a proibição de exportação, argumentando inclusive em termos de estratégia militar: a não exportação de monazita seria uma perda de 2 milhões de toneladas em reservas, como admitir que deixamos levar o pouco que nos resta, isto é apenas 45 ou 70 mil toneladas?

Sobretudo quando, segundo o Sr. Héctor Facanha, as jazidas exploradas até agora foram as de alta concentra-

Sobretudo quando, segundo o Sr. Héctor Facanha, as jazidas exploradas até agora foram as de alta concentra-

O Dep. Relator: Mas houve uma...
O Gen. Juarez Távora: Ah! Houve...
O Dep. Relator... série de coincidências.

O Gen. Juarez Távora: Houve uma série de coincidências que desgraçadamente, em virtude de publicidade desses documentos, podem dar lugar a uma porção de mexericos com que muita gente, daqui até a consumação dos séculos, vai dizer: "Aquele General de cabeça branca é um desgraçado, vendido aos Estados Unidos".

Essa tremenda conclusão, inagotável ao pé da letra pelos que conhecem de longa data a honrabilidade pessoal e a intenção patriótica do general Juarez Távora, embora discorrida de suas posições, mostra-nos a que pode conduzir uma política errada e a obsunção em não reconhecer a gravidade de fatos os mais evidentes. Deixou-se arrastar pelas falsas premissas do "aliado natural", da "contingência geográfica" e outros conceitos arbitrários ainda presentes no raciocínio de certos homens de estado-maior. De tolerância em tolerância, chegou a considerar irrelevante o que continham aqueles documentos procedentes das fontes por ele mesmo anotadas. Executou ou concordou em que se executasse o que ali era ditado. Ninguém que o conheça de perto lhe fará a injustiça de qualificação a que ele se refere. Lamentar-se-á sempre a triste situação de quem, não "vendido", por certo, foi entretanto ganho em sua boa fé para uma orientação nociva ao futuro de nossa pátria e comprometedora da soberania nacional.

Atual política atômica

O relatório da comissão parlamentar constitui mais um valioso apoio à nota política atômica traçada pelo governo, a partir do comunicado de 30 de agosto de 1956, assinado pelo general Nelson de Melo, chefe do gabinete militar da presidência e secretário do Conselho de Segurança Nacional. Depois de assinalar a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear e do Fundo Nacional de Energia Atômica, que adota um programa de pesquisas e prospecção, bem como do estabelecimento a curto prazo das indústrias de produção de combustíveis atômicos com o uso dos minérios nacionais, suspendendo-se a sua exportação e denunciando-se o Acórdão Atômico de Prospecção Conjunta e do contrato de exportação de óxido de tório, com o enunciado formal do princípio de liberdade de comércio com todos os países amigos, sem prioridades, e relatório conclui:

"Enfim, representam essas diretrizes o triunfo da política defendida, durante muitos anos, em caráter secreto, porém, no Conselho de Segurança Nacional e no Conselho Nacional de Pesquisas, além da posição invariável do Estado-Maior das Forças Armadas. Assim, pela primeira vez conta o Brasil com uma política oficial e pública de energia atômica, baseada em considerações lúidas e objetivas. Cabe agora ao Congresso Nacional em complemento à iniciativa do Executivo, estudar e debater o corpo legal que estrutura, de maneira definitiva, as diretrizes adequadas ao pleno encaminhamento das soluções."

Este breve histórico revela o poder desse novo órgão criado pelos representantes do povo Constituinte, indubitavelmente, uma conquista democrática. Servirá, por sua vez, ao desenvolvimento gradual da democracia e ao progresso geral do país. Sua maior eficiência e sua autoridade crescem e afirmam-se na medida do apoio que lhe deem as forças populares e patrióticas, o movimento nacionalista, enfim.



O deputado Gabriel Passos, nacionalista da UDN, quando faz declarações à imprensa.

PROBLEMAS de NOSSA POLITICA

IMPORTÂNCIA DECISIVA DA UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA

EM NOSSO último número abordamos o problema de que, para desenvolvimento e luta com êxito da frente única pelos seus objetivos, é necessário que a classe operária desempenhe, de fato, o papel de combatente de vanguarda, pela democracia e pela libertação nacional, que historicamente lhe está destinado.

Mas, a classe operária não poderá desenvolver a atuação política dela erigida pelo momento histórico que o país atravessa, se não tiver unidade em suas fileiras. Sem unidade, todas as condições, que a classe operária possui, de dar consequência ao movimento de libertação do país do jugo imperialista e de democratização da nossa vida política, não prevalecerão.

A unidade deve ser conseguida tanto no terreno da luta pelas reivindicações específicas do proletariado como no da ação política pelos objetivos mais elevados da consolidação e ampliação das conquistas democráticas já alcançadas, da emancipação nacional e da conquista de um governo democrático e nacionalista.

A luta da classe operária pelas suas reivindicações específicas possui grande importância. Trata-se da luta pela subsistência para e simples, contra a pauperização a que se vê impelida pela exploração capitalista. O fracasso nesta luta significa sempre maior exploração e maior miséria. Pelo contrário, a vitória significará melhores condições de vida e também melhores condições para continuar lutando. Se não for capaz de se impôr na defesa dos seus interesses mais imediatos, a classe operária não poderá também exercer influência política alguma junto às demais classes e camadas da população. Por isso dizia Marx que, se os operários cedem no seu conflito cotidiano com o capital, não poderão empreender qualquer movimento de maior envergadura contra os seus exploradores.

Esta luta pelas reivindicações específicas da classe operária é uma luta principalmente sindical. A unidade em torno delas pode e deve ser conseguida dentro do quadro da organização sindical existente no país — os sindicatos, federações e confederações. Essa unidade se desenvolverá e se fortalecerá à medida que se desenvolverem e se fortalecerem essas organizações. Assim, visando que para a unidade da classe operária tem grande importância o fortalecimento do movimento sindical, a Declaração sobre a nova política dos comunistas faz ver que, unidos dentro das organizações sindicais, os trabalhadores têm obtido importantes vitórias na luta em defesa do seu nível de vida, restabelecimento da liberdade sindical etc. E, dentro dos sindicatos, os trabalhadores vêm aprendendo a utilizar as conquistas da legislação trabalhista, procurando ao mesmo tempo, concretizá-la e aperfeiçoá-la, influenciando no parlamento com a pressão de massas, para a aprovação de novas leis.

Nesta luta devem estar unidos todos os trabalhadores das mais diversas tendências políticas e ideológicas, tendo como traço de união todas aquelas questões, econômicas ou políticas, que interessam vitalmente aos trabalhadores. "Os sindicatos e demais organizações profissionais, diz a "Declaração sobre a política do PCB" não devem servir a objetivos partidários, mas precisam ser instrumento da unidade dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas na luta pelas reivindicações imediatas pelo direito de greve, pelo melhoramento da previdência social, etc."

A I Conferência Nacional Sindical, os recentes Congressos de trabalhadores que vêm se realizando nos Estados, a luta pela conquista da lei de aposentadoria, pela reforma da lei orgânica da previdência social, etc., vêm demonstrando que os trabalhadores compreendem a necessidade e a conveniência dessa unidade e, os êxitos obtidos confirmam que esse é o caminho a ser trilhado. A medida que se desenvolve o movimento sindical, é importante assinalar, aumenta a influência da

classe operária na vida política do país. Assim, os conclaves sindicais realizados, não se têm limitado a tratar dos problemas de interesse exclusivo da classe operária, mas têm também se manifestado acerca de questões de grande importância para o futuro da nação, como a luta em defesa das nossas riquezas naturais, pelo desenvolvimento independente da economia nacional e outros problemas, que dizem respeito aos interesses de todo o povo brasileiro.

Mas a unidade da classe operária não pode ficar circunscrita ao movimento sindical. Os trabalhadores não se desenvolvem política e ideologicamente todos na mesma direção. A política e a ideologia que correspondem aos superiores interesses da classe operária são as dos comunistas. Os comunistas são a vanguarda da classe

operária. Mas no seio da classe operária, em nosso país, atuam e exercem influência outras forças políticas.

Unificar politicamente a classe operária não significa exigir dos trabalhadores, que pensam de modo diferente, a renúncia às suas convicções políticas e adotar os princípios comunistas. Isso iria dividir e não unificar. Unificar politicamente a classe operária significa pôr em primeiro plano aqueles aspectos da política dos diferentes partidos que, correspondendo aos interesses da classe operária e do povo em geral, tornam possível a unidade. Ela é possível, por exemplo, em torno de pontos como a melhoria da legislação trabalhista, a libertação do país da dominação imperialista e consequente desenvolvimento independente da nossa economia, o fortalecimento e desenvolvimento da democracia, etc. Esses pontos existem na plataforma, não só dos comunistas, mas também na de outras forças políticas, notadamente os trabalhistas. Citamos estes últimos, não porque a unidade deva limitar-se a trabalhistas e comunistas, mas sim porque, sendo estas as duas correntes de maior influência no movimento operário, a unidade deste não poderá existir se não se forjar principalmente entre elas.

Ganhando a base operária dos diferentes partidos para a unidade e a luta em torno de problemas de interesse comum, a pressão assim exercida facilitará a unidade também com a cúpula desses partidos. Isso por sua vez se refletirá na base promovendo um novo desenvolvimento da unidade.

Fortalecendo a sua unidade em todos os sentidos, desde o sindical ao político, a classe operária poderá desempenhar o papel que lhe cabe, como força mais consequente da frente única nacionalista, aquela força que, por não ter interesses estreitos e egoístas, é a mais unitária e combativa.

AS VIDAS DE GEORGETE E ÁLVARO CUNHAL ESTÃO EM PERIGO!

Em sua edição correspondente à segunda quinzena de março, o jornal «Avante», órgão central do Partido Comunista Português, publica, sob o título acima, uma nota que abaixo reproduzimos:

«Há muitos anos encarcerados nas prisões da PIDE, vítimas das maiores torturas, esses dois patriotas tem as suas vidas em perigo. Ambos cumpriram já as penas a que foram condenados e estão agora presos tal como Manuel R. da Silva, J. Campinho, F. Miguel e outros ao abrigo das monstruosas «medidas de segurança». — Alvaro Cunhal há três anos.

«Em 23 de julho do ano passado, depois de mais de oito anos de prisão, Alvaro Cunhal foi condenado em mais três anos de «medida de segurança» sob o infame pretexto de não ser recuperável para a sociedade. De que sociedade pode tratar-se para fazer tal acusação a um homem que pôs a sua vida inteiramente ao serviço do seu povo e das melhores tradições de sua pátria? Os acusadores entendem, por força,

que a sociedade é a clique traidora que há trinta e um anos se apoderou do poder no nosso país. Sim, para esta «sociedade» Alvaro Cunhal não é recuperável. Ele é, entre todos os anti-salazaristas, dos que mais esforçadamente a tem combatido. E é por isso que a camarilha de Salazar não tendo outro pretexto para o manter encarcerado lhe faz aquela absurda acusação. Como é esta a razão porque tem pretendido aniquilá-lo através dum regime profissional de um rigor especial, recusando-lhe o tratamento que a sua debilitada saúde exige e agora quando os seus padecimentos se agravaram e só num estabelecimento hospitalar poderia ser tratado convenientemente, as medidas que o governo toma é fazê-lo transitar do Forte de Peniche para a Penitenciária de Lisboa. Não será isto

VIDA dos Partidos COMUNISTAS e OPERÁRIOS

PLENO ACÓRDO ENTRE COMUNISTAS HUNGAROS E POLONESES

Declaração conjunta sobre as conversações realizadas em Budapeste

De 9 a 12 de maio, a convite do Comitê Central do Partido Operário Socialista Húngaro e do Governo Revolucionário Operário Camponês Húngaro, esteve em visita amistosa à Hungria, uma delegação de membros do Partido e do Governo da República Popular da Polónia.

Uma declaração conjunta foi publicada sobre os resultados das conversações entre as delegações de partidos e do governo dos dois países.

A base da política externa da República Popular Húngara e da República Popular da Polónia, diz-se na Declaração, é o princípio da coexistência pacífica entre os Estados de sistemas sociais diferentes. Disto decorre o seu desejo de alívio da tensão nas relações internacionais e da eliminação dos fenômenos negativos resultantes da «guerra fria». De acordo com isto, desejam colaborar com todos os países à base do princípio de vantagens mútuas, respeito à sua soberania e igualdade de direitos.

Orientando-se de acordo com estas aspirações, ambas as partes dão o mais completo apoio às iniciativas e medidas adotadas pela União Soviética, demais Estados socialistas e pelas forças amantes da paz em todo o mundo, visando a cessação da corrida armamentista e o estabelecimento, entre os povos, de relações baseadas na confiança mútua.

As delegações chegaram à conclusão de que a concretização da iniciativa da União Soviética, de convocação de uma reunião no mais alto nível para discutir os mais importantes problemas internacionais, significaria um

sério passo para o alívio da tensão internacional, o fortalecimento da segurança e o desenvolvimento da colaboração entre os povos de todo o mundo. Ambas as partes apoiam esta iniciativa. Ao mesmo tempo consideram pouco sérias, e irresponsáveis, as tentativas de certas forças reacionárias do ocidente, de incluir na ordem do dia da reunião questões relacionadas com o regime dos países de democracia popular da Europa, regimes esses que foram estabelecidos pela vontade dos povos desses países.

Na declaração indica-se que ambas as partes estão plenamente de acordo com a excepcionalmente importante decisão do Supremo Soviet da URSS de cessar unilateralmente as experiências com armas nucleares e consideram que, se as outras potências possuidoras das armas atômicas procedessem da mesma forma, importante passo seria dado no sentido de conseguir um acordo sobre a proibição e a liquidação das armas nucleares.

Ambas as delegações concordaram em que o equipamento do exército da Alemanha Ocidental com armas atômicas e a instalação, ali, de rampas de lançamento de foguetes, constitui um gran-

de perigo na Europa. Nestas condições, diz a declaração ambas as partes estão plenamente convictas e ressaltam as vantagens que apresentaria a concretização da proposta polonesa sobre a criação, na Europa Central, de uma zona desatomizada.

No sentido da liquidação de blocos armados opostos a a sua substituição por um sistema de segurança coletivo, as delegações declaram que, enquanto tal sistema de segurança não for criado, e enquanto a NATO procurar claramente incrementar a corrida armamentista e estabelecer depósitos para armazenamento de foguetes atômicos, o Tratado de Varsóvia, possuindo um caráter exclusivamente defensivo, será mantido como necessário à segurança dos Estados do campo socialista.

As bases da colaboração entre o Partido Operário Socialista Húngaro e o Partido Operário Unificado da Polónia, diz a declaração, são as idéias do marxismo-leninismo e a construção do socialismo em ambos os países. De acordo com os princípios básicos, expostos na declaração da reunião dos representantes dos 12 Partidos Comunistas, realizada em Moscou e no (CONCLUI NA 10ª PÁG.)

CALENDÁRIO — Mês de Junho

Internacional

- 3 — 1917 — Os Sovietes russos lançam um apelo a todas as nações beligerantes propondo uma paz «sem anexações nem indenizações».
- 1946 — Falece M. I. Kalinin.
- 4 — 1946 — Roma é libertada da ditadura fascista e da dominação alemã.
- 6 — 1944 — Abertura da segunda frente na Normandia.
- 7 — 1971 — Massacre dos comunistas em Paris.
- 10 — 1924 — Assassinato de Mateoti pelos bandos fascistas de Mussolini.
- 1918 — O Congresso dos Sovietes aprova a formação das repúblicas soviéticas.
- 1920 — Fundação do Partido Comunista dos Estados Unidos.
- 18 — 1954 — Grupos armados pelo truste United Fruit invadem a Guatemala, dando início, assim, à intervenção que culminou com a derrubada do governo democrático de Arbenz.
- 1882 — Nascimento de George Dimitrov em Raomir (Bulgária).
- 1936 — Falece o escritor soviético Máximo Gorki.
- 20 — 1933 — Morte de Clara Zetkin, líder comunista alemã.
- 1953 — São assassinados na cadeia elétrica de Sing Sing, por ordem dos imperialistas americanos, Julius e Ethel Rosenberg.
- 22 — 1941 — A Alemanha nazista invade a União Soviética.
- 25 — 1867 — Aparece o primeiro tomo de «O Capital», de Karl Marx.
- 1950 — As forças dos imperialistas norte-americanos invadem a Coreia.
- 28 — 1916 — Karl Liebknecht é condenado a 30 anos de prisão pela sua campanha contra a guerra imperialista.

Nacional

- 6 — 1871 — Falece Castro Alves, grande poeta brasileiro.
- 12 — 1817 — Fuzilamento dos revolucionários Domingos José Martins, padre Miguelinho e José Luiz de Mendonça, líderes da revolução pernambucana de 1817, de caráter republicano.
- 16 — 1953 — Começa a greve geral dos 100.000 marítimos brasileiros.
- 18 — 1946 — Prestes pronuncia, na Assembleia Constituinte, o seu famoso discurso sobre o problema da terra.
- 10 — 1949 — É assassinado pelos capangas dos ingleses de Morro Velho, o líder dos trabalhadores das minas, José dos Santos (Lambari).

A Crise Econômica se Aprofunda no Mundo Capitalista

A crise econômica nos Estados Unidos torna-se mais aguda, — afirma o *Diário do Povo*, na sua edição de 5 de maio, em sua resenha quinzenal dos acontecimentos internacionais.

O jornal chinês assinada que só 48% da indústria de ferro e de aço dos Estados Unidos funcionava na semana que terminou a 19 de abril. Nas primeiras 16 semanas do corrente ano, os contratos para a indústria de construção civil eram 9% inferiores às encomendas feitas durante o período correspondente do ano passado.

Referindo-se à "super-produção" na agricultura, o artigo afirma que neste ano haverá um excedente de 180 milhões de alqueires de trigo. O alqueire corresponde, nos Estados Unidos, a 35.238 litros).

Esses sintomas de "super-produção" tornam-se mais sérios porque o número de novas encomendas diminui dia a dia. Já em princípios de abril, a produção dos principais artigos industriais se reduziu bruscamente. Em comparação com o mesmo período do ano passado, a produção de ferro e de aço sofreu uma redução de 45%; carvão, 24%; petróleo, 18%; automóvel, 40%; maquinaria, 20%. Em março, 1.495 fábricas estavam fechadas, o que representava 31% a mais do que em fevereiro.

No entanto, os círculos governantes americanos apregoavam que haveria um novo aumento da produção industrial no outono. O inquérito realizado sobre a situação da indústria, transportes e comércio pela "MacGraw Hill Publishing Company" revelou, porém, que a tendência real é justamente no sentido oposto. Esse inquérito demonstra que nos próximos 4 anos os investimentos de capital fixo pelas companhias americanas se reduzirão de 24 bilhões de dólares neste ano para 29 bilhões e 800 milhões em 1961. Esses algarismos indicam que a atual depressão na produção industrial americana é apenas o começo, e que durará por tempo considerável, — afirma o artigo.

A crise econômica está provocando uma reação em cadeia em todo o mundo capitalista. No que diz respeito à produção, nos últimos anos, a Alemanha Ocidental e o Japão têm sido os países capitalistas "felizardos". No entanto, a expansão do capital fixo e o volume das obras vêm se reduzindo na Alemanha Ocidental. Há um acúmulo de 3 milhões de toneladas de carvão no Ruhr.

No Japão, o "Jimmu boom" (boom: alta repentina, surto, desenvolvimento ou crescimento rápido, valorização — N. da R.) já terminou e no momento o país sofre os efeitos da crise de "super-produção". No ano passado a produção de aço foi de 12.570.000 toneladas. Em virtude, porém, da acumulação dos estoques de mercadorias e da queda brusca dos preços, há a decisão de reduzir em 20% a produção no primeiro trimestre deste ano em comparação com o quarto trimestre de 1957.

Os sintomas da crise também surgiram em outros países capitalistas. O desemprego na Inglaterra corresponde a 2% de todos os operários registrados. Em 1º de abril, havia 218 navios encostados na Inglaterra, o que equivale a mais de um milhão de toneladas. Na França houve um rápido aumento de preços, as exportações se reduziram e a balança comercial piorou rapidamente. O desemprego no Canadá atinge a mais de 880 mil trabalhadores, ou sejam 15% de toda a força de trabalho. Alguns dos países latino-americanos, — o Brasil, por exemplo, — estiveram à beira da bancarrota, porque os Estados Unidos aumentaram suas tarifas aduaneiras ao mesmo tempo em que forçaram a baixa dos preços de matérias primas.

A indústria do estanho na Maláia está em colapso. Os preços da lá no Paquistão baixaram 50%. 90% de sua lá eram vendidos aos Estados Unidos e à Inglaterra, porém atualmente o Paquistão não consegue encontrar compradores.

Contrastando com a instabilidade que se observa no mundo capitalista, há uma atmosfera de prosperidade entre os países socialistas, — acrescenta a resenha. Os planos de produção para o primeiro trimestre deste ano foram superados. Até mesmo o mundo capitalista foi forçado a admitir esse fato.

O *"Diário do Povo"* refere-se a um relatório das Nações Unidas sobre a situação econômica reinante na Europa no ano passado. O relatório assinalava que a recessão econômica nos Estados Unidos se agravava e que os países da Europa Ocidental haviam ingressado em uma fase de aperturas, ao passo que a economia da União Soviética e dos países de

Será prolongada a depressão nos Estados Unidos — Ameaça de colapso nos países que exportam matérias primas — Pela primeira vez na história os países socialistas produziram mais aço que os Estados Unidos — Crise política inevitável (Resumo de um artigo do *"Diário do Povo"*, de Pequim)

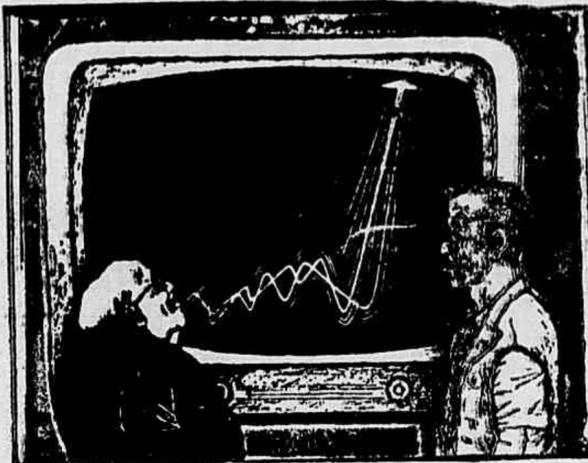
democracia popular na Europa Oriental lograra grandes êxitos.

Até mesmo Allen Dulles, Diretor da Agência Central de Informação dos Estados Unidos, se viu compelido a admitir haver a tendência de a União Soviética ultrapassar os Estados Unidos quanto ao progresso industrial.

Durante o primeiro trimestre deste ano, a produção industrial na União Soviética foi 11% superior à produção durante o mesmo período do ano passado, enquanto que nos Estados Unidos reduziu 11%. Allen Dulles afirmara igualmente que a produção de aço da União Soviética, da China e dos países de democracia popular na Europa Oriental no primeiro trimestre deste ano superara pela primeira vez na história a produção dos Estados Unidos.

Uma crise econômica é necessariamente acompanhada de crise política, — declara a resenha. Os trabalhadores, forçados pelas necessidades, intensificam consideravelmente os movimentos grevistas. A greve de 50 mil trabalhadores nos transportes de ônibus iniciada em Londres a 4 de abril foi uma parêde relativamente grande. Na França, as greves se sucedem sem interrupção. Nesse país tem havido dificuldade de formar um novo governo desde a queda do gabinete Gaillard. Sob a pressão de um voto de confiança concedido pelos socialistas, o governo Kishi no Japão dissolveu a dieta em 26 de abril.

Em vista do agravamento das condições econômicas, — comenta o jornal, — a luta de classes no mundo capitalista tornar-se-á mais violenta, principalmente nos principais países burgueses. (Noticiário da Agência HSIHUA).



DIALOGO AMERICANO

— Diagrama da subida de um "Vanguard"

— Não, da subida do desemprego.

(Desenho de Canova, do "L'Unità")

"Recessão" no Ocidente e Expansão no Oriente

Conclusões de um relatório da Comissão Econômica da ONU para a Europa

O relatório da Comissão Econômica para a Europa (ECE, órgão da ONU) sobre a situação da economia europeia em 1957, publicado a 3 de abril passado em Genebra, foi recebido como uma bomba nos círculos ocidentais, porque ele põe em evidência, com grande clareza, os seguintes pontos:

1º — A recessão da economia americana não poderá terminar em breve prazo, mas prosseguirá, pelo menos, até o fim do ano.

2º — Ela fará sentir em medida crescente a sua influência sobre os países capitalistas da Europa ocidental, nos quais já existe uma tendência regressiva da produção e do consumo.

3º — Em contraste com estas perspectivas da Europa capitalista, os países socialistas — destaca o relatório — prosseguem a sua expansão econômica, que assume aspectos novos e mais ricos, estendendo-se a novos setores.

Na sua primeira parte, o relatório se detém sobre a

influência que a recessão em processo nos Estados Unidos exerce sobre os países capitalistas da Europa. Afirma que, desta vez, tal influência diversamente do que ocorreu em 1953-54 — não encontra nos países do ocidente europeu um processo de desenvolvimento e adaptação, que possa temperá-la. Deste modo, a recessão americana tende a manifestar-se na Europa de modo mais negativo e maciço. Também as reservas de divisas disponíveis nos países da Europa Ocidental estão agora em um nível inferior ao atingido há 4 ou 5 anos, quando igualmente se manifestava na economia dos Estados Unidos uma tendência regressiva. O estado das reservas de divisas é insatisfatório em virtude também do notável desequilíbrio que se criou em favor da Alemanha

Ocidental, único entre os países capitalistas da Europa que dispõe de todos os dólares que lhe são necessários. Essa situação aumenta o peso das consequências que derivam das restrições das importações americanas: os países da Europa Ocidental, em resumo, podem pagar sempre menos as suas importações dos Estados Unidos com dinheiro e com produtos.

O julgamento de conjunto do relatório da ECE sobre este grupo de problemas é que "se a atual tendência da política econômica europeia não sofrer uma radical modificação, dificilmente o ano de 1958 poderá registrar uma expansão semelhante à dos anos anteriores".

Na realidade, destaca o relatório, já há dois anos que o ritmo da expansão econômica da Europa Ocidental se encontra em diminuição, e no ano em curso se poderá determinar uma nítida recessão, se não forem encontrados remédios no plano internacional. Ao menos até o outono — considera o documento — a recessão americana continuará a manifestar-se e fazer sentir a sua influência nos países capitalistas da Europa.

Tais previsões se confirmam com as notícias mais recentes sobre a economia americana. A produção de automóveis nos Estados Unidos diminuiu, em março, de 7% em relação a fevereiro. Também em março, as aciaarias trabalhavam a 52,2% da sua capacidade, enquanto em fevereiro trabalhavam a 53,6%. Considera-se que no momento presente o potencial empregado na produção efetiva de aço já seja inferior a 50%. De fato, a United States Steel, que é o maior truste siderúrgico americano, anunciou que fechará por um mês ao menos os seus estabelecimentos de Clayton, reduzindo ulteriormente a produção nas usinas de Mac Keesport, na Pensilvânia. A National Steel fechou por 3 semanas os estabelecimentos de Detroit. Neste centro da produção au-

tomobilística, as aciaarias trabalham já a 26% da sua capacidade. Também a produção de tratores agrícolas, não obstante a estação favorável, diminuiu de 11% na International Harvester Company. Diminuiu também a produção de petróleo, em 27%, e de energia elétrica, em virtude dos menores preços da indústria. O comércio a varejo registrou uma nova flexão de 4%.

Esta persistente tendência recessiva nos Estados Unidos já não permite dúvidas a respeito do seu caráter prolongado e de que, por um longo período, continuará a pesar sobre a Europa Ocidental o peso das dificuldades americanas.

Voltando ao relatório da ECE, ele contrapõe às indicações sobre as tendências depressivas na economia capitalista europeia, um exame minucioso dos desenvolvimentos positivos que a economia dos países socialistas registrou este ano, não somente reafirmando a continuidade da sua linha de progresso, mas trazendo novos elementos positivos. O relatório julga "particularmente favorável" a situação econômica dos países da Europa Oriental em 1957 e assinala que a produção industrial nesses países superou as previsões dos planos. Os planos de produção — observa o documento da ECE — compreendiam objetivos menos elevados para a indústria pesada com relação aos anos precedentes, com o objetivo de permitir a expansão da produção de bens de consumo. Mas os fatos demonstraram que a expansão do consumo se verificou na medida prevista e até mais, enquanto simultaneamente os objetivos da produção de base foram superados. O relatório friza, finalmente, que na União Soviética e em outros países socialistas a maior dificuldade é constituída pela escassez de mão de obra, que não aumenta na proporção da impetuosa expansão econômica. (Extraído do jornal italiano "L'Unità")

CAMPAHIA DOS ESTIVADORES

passage nas negociações — Conselho de Representantes da Federação em Assembléa permanente

O Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Estivadores e os presidentes dos 25 sindicatos desta categoria, presentemente no Rio, está em assembléa permanente, aguardando solução para o pedido de aumento de salários, há muito em discussão.

O aumento pleiteado é de 13%. Em várias reuniões das nos últimos dias entre representantes dos trabalhadores, do presidente do Sindicato das Empresas de Navegação, do presidente da Comissão de Marinha Mercante e o Ministro do Trabalho foram feitas diversas outras propostas e contrapropostas. Finalmente, à proposta de 40% de aumento sobre os salários e taxas, apresentada pelo presidente da

Comissão de Marinha Mercante, os estivadores contrapropuseram 50% para os salários e 30% sobre a cubagem.

As reuniões prosseguem, tentando-se encontrar a solução. A pedido do Ministro do Trabalho, os presidentes de sindicatos telegrafaram para os Estados adiando «sine die» a realização das assembléas marcadas para o dia 27 p. passado, que deveriam decidir pela greve caso a solução não tivesse sido encontrada.

De acordo com as conversações havidas, o titular da pasta do Trabalho, deve ter encaminhado, no dia 28, a proposta dos estivadores para ser apreciada pelo presidente da República.



II CONGRESSO DOS TRABALHADORES BAIANOS

ÍNDICE DE ELEVADA CONSCIÊNCIA PATRIÓTICA, NACIONALISTA E DEMOCRÁTICA — ENCAMPAÇÃO DO PORTO DE ILHÉUS E OUTRAS RESOLUÇÕES

Entre os vários conclaves de trabalhadores ultimamente verificados figura o II Congresso dos Trabalhadores Baianos, recentemente realizado em Salvador.

No Congresso tomaram parte a quase totalidade dos sindicatos do Estado. Entre as categorias profissionais representadas notavam-se os fumageiros, tecelões, alfaiates, pedreiros, carpinteiros, operários do petróleo, cimento, portuários, estivadores, arremadores, moageiros, trabalhadores do cacau, comerciantes, aeroviários, panificadores, sapateiros, curtidores, açougueiros, eletricitistas, marítimos, rodoviários e outros.

são que os trabalhadores demonstraram possuir dos problemas mais transcendentais da nação, tais como a necessidade do desenvolvimento econômico independente do país, a ampliação do mercado externo, etc. As resoluções tomadas possuem um caráter de luta antilimpialista e de afirmação da disposição dos trabalhadores de pugnar pela independência econômica do país.

No terreno patriótico e nacionalista, além de aprovar uma Carta de Princípios de teor idêntico à que foi aprovada pelos bancários em seu

VII Congresso Nacional, foram adotadas as seguintes resoluções:

a) encampação do Porto de Ilhéus; b) que a Petrobrás distribua os seus produtos para a venda diretamente ao consumidor, assim como instalar postos de distribuição sob o seu controle; proibição da ampliação da rede distribuidora atual; c) ampliação do comércio com os países do leste europeu; d) encampação da CEEB e melhor distribuição e aproveitamento da energia elétrica pela CHESF.

PERSONALIDADES PRESENTES

As solenidades de instalação e encerramento do Congresso compareceram cerca de 1.000 trabalhadores, estando presentes altas autoridades do Estado, deputados, vereadores, etc.

ELEVADA CONSCIÊNCIA PATRIÓTICA

A nota mais importante deste Congresso, o que aliás vem ocorrendo invariavelmente nas reuniões deste tipo, foi a elevada compreen-

Em Campinas

EXPLORAÇÃO BRUTAL DE TRABALHADORES MENORES

O sr. José Vieira de Freitas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, de Campinas, Estado de São Paulo, em carta ao nosso jornal, torna público uma denúncia sobre a desumana

exploração a que são submetidos os menores nas Fábricas têxteis. O denunciante chama a atenção das autoridades competentes do Ministério do Trabalho, responsabilizando-as perante a opinião pública do país.

Diz o missivista que de acordo com o estabelecido pela legislação trabalhista, somente aos menores em fase de aprendizagem metódica, orientada por programa do SENAI e do SENAC e sob a direção de um responsável, pode ser pago a metade do salário-mínimo, devendo os demais receberem salário de adulto. No entanto a lei não é respeitada, a grande maioria dos menores faz trabalho de adulto e recebe apenas a metade do salário-mínimo. Além disso, não obstante a proibição da lei, em numerosas fábricas os menores são submetidos a um regime de escravidão, atingindo a sua jornada de trabalho a duração de 10, 12 e até 14 horas, com apenas 15 minutos para as refeições.

O denunciante conclama os menores, seus pais ou responsáveis, para, através dos Sindicatos, exigirem das autoridades que ponham fim à brutal exploração a que está submetido o menor que trabalha. Para isso, diz ele, é só fazer cumprir a lei, e ilustra a sua afirmação com uma série de acordos do TST nos quais os direitos do menor são reconhecidos.

REVISÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Urgente a eleição das comissões regionais

Há necessidade de uma maior vigilância dos trabalhadores na questão da revisão dos níveis do salário mínimo. Essa batalha, que se esboçou na Conferência Nacional Sindical, realizada em março e em vários Congressos Estaduais de trabalhadores está com o seu início já bastante atrasado. A Conferência Sindical aprovou já sua resolução que se procurasse reunir as Comissões Regionais de salário mínimo dentro de um prazo de 30 dias. Já se passou quase o dobro desse tempo e muito pouco foi feito nesse sentido. Há regiões em que o mandato das Comissões já se acha esgotado e outras em que estão incompletas em virtude

ABERTA A EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA DE MOSCOU



Está se realizando na capital soviética, a Exposição Nacional de Produtos Agrícolas de 1953. De todas as Repúblicas da União Soviética chegam delegações de trabalhadores, autoridades governamentais e sobretudo coicósianos para assistirem ao importante certame. Na foto, dois aspectos da inauguração da Exposição. No alto, o Pavilhão da Ucrânia e a fonte luminosa "Flor de Pedra", que ornamenta a Praça da Exposição. Em baixo, Kruschiov, Mikoián e outros membros do governo soviético, quando percorriam os diversos pavilhões do certame. (Foto da TASS).

Pleno Acôrdio Entre...

(CONCLUSÃO DA 8ª PAG.) Manifesto da Paz, ambos os Partidos se empenharão numa colaboração de maior profundidade, no futuro.

No decorrer das conversações, a declaração polonesa constatou com grande satisfação os êxitos alcançados pelo Partido Operário Socialista Húngaro, na superação

das grandes dificuldades provocadas pelas forças da reação interna e externa, as quais, aproveitando-se dos erros do passado, desencadearam a contra-revolução contra o poder popular na Hungria.

Ambas as partes estão convictas de que a unidade e a solidariedade dos países do campo socialista, baseadas nos princípios do internacionalismo proletário, são de grande importância para o fortalecimento da paz em todo mundo. A indestrutível unidade dos países que constroem o socialismo com o primeiro e mais poderoso país socialista do mundo, a União Soviética, é o fator básico da segurança e independência dos países socialistas.

Ambos os Partidos manifestaram-se decididamente contra o revisionismo, que ataca os princípios fundamentais do marxismo-leninismo e representa o principal perigo que ameaça o movimento operário, ao mesmo tempo lutando consequentemente contra o dogmatismo e o sectarismo, que separam o Partido das massas. O dogmatismo, da mesma forma que o revisionismo, facilita a ação das forças reacionárias contra o socialismo.

Ambas as delegações manifestaram a crença de que,

rais entre o Partido Operário no futuro, as relações bilaterais entre o Partido Operário Socialista Húngaro e o Partido Operário Unificado Polonês, os encontros multilaterais entre os Partidos Comunistas e Operários, a troca de informações e de experiências, serão importantes fatores de aprofundamento da colaboração fraternal e fortalecimento da amizade

As delegações chegaram a acordo de que os governos de ambos os países, em futuro próximo, criarão uma comissão permanente húngaro-polonesa para tratar das questões econômicas e a colaboração técnico-científica em todos os ramos da economia nacional.



ACONTECIMENTOS DA VIDA SINDICAL

Em São Paulo, no dia 25 p. passado, cerca de 200 dirigentes sindicais, em reunião deliberaram o seguinte:

- a) — formar uma Comissão (já foram designados os nomes) para pesquisar junto aos trabalhadores as bases em que eles desejam seja estabelecido novo salário-mínimo;
- b) — que as entidades sindicais deverão convocar assembleias gerais dos seus associados a fim de que estes opinem sobre a revisão do salário-mínimo;
- c) — pleitear a instalação de apenas duas zonas para variação do salário-mínimo no Estado. Uma abrangendo a Capital e municípios circunvizinhos e outra o resto do Estado.

Estas e outras resoluções tomadas serão impressas e distribuídas a todas as entidades sindicais do Estado.

— Após uma greve de 8 horas (das zero horas às 8 da madrugada do dia 22) que interrompeu completamente os transportes marítimos entre o Rio, Niterói e Paqueta, a administração da empresa concessionária daqueles transportes resolveu abrir os cofres àquela hora da madrugada para efetuar o pagamento do pessoal, que se achava em atraso. Para retornar ao trabalho os operários exigiram também a readmissão de um companheiro demitido há dez meses por participar de outra greve.

— Por iniciativa de empregados do IAPI em São Paulo, articula-se um movimento de âmbito nacional, visando conquistar a efetivação desses trabalhadores em todo o país, nos quadros daquela autarquia. Discutem agora um ante-projeto de lei para ser apresentado ao Parlamento nesse sentido.

— Os trabalhadores de Volta Redonda estão descontentes porque, a despeito do aumento do custo de vida e dos lucros sempre crescentes da empresa, a quantia que anualmente lhes é distribuída a título de participação nos lucros, vem sendo reduzida constantemente. Os trabalhadores apontam também outras irregularidades nas finanças da CSN e que atribuem a políticos filiados ao Clube da Lanterna, do sr. Carlos Lacerda, os quais fazem parte da direção da Companhia.

— Para a realização do seu III Congresso, os trabalhadores gaúchos conseguiram, por decreto do Congresso Nacional, uma subvenção de quinhentos mil cruzeiros.

— A «Comissão de Serviço Público», da Câmara dos Deputados, aprovou por unanimidade o parecer favorável do seu relator, ao projeto de lei do deputado José Talarico, concedendo anistia a servidores da Administração do Porto do Rio de Janeiro, demitidos por terem participado de um movimento grevista. Rejeitando alegações de ordem antidemocrática, apresentadas, o relator afirmou que a Democracia é regime de liberdade, nela há lugar para todos os credos, não podendo haver combate a idéias por meios punitivos, que importem em restrição da liberdade individual.

Universitários Paulistas Pelo Nacionalismo e a Democracia

Entre 30 de abril e 7 de maio, realizou-se em São Paulo o XI Congresso da União Estadual dos Estudantes. As sessões transcorreram no Salão Nobre da Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo e nelas tomaram parte cerca de 250 delegados, representando todos os Centros Acadêmicos da Capital e do interior do Estado.

O TEMARIO

O temario do congresso constou das seguintes questões:

- I — Problemas específicos da Universidade.
- II — Problemas reivindicatórios dos universitários.
- III — O universitário e os problemas econômicos e políticos: o Nacionalismo como movimento de emancipação econômica do País, política externa, os universitários e a política, o papel dos estudantes em países subdesenvolvidos, movimento de emancipação dos povos coloniais, união operário-estudantil, problemas do desarmamento e explosões nucleares, inversões de capitais estrangeiros, energia elétrica, petróleo e energia atômica.

A sessão inaugural do Congresso foi presidida pelo Sr. Salvador Romano Lessaco, presidente do Pacto de Unidade Intersindical. O discurso de abertura foi pronunciado pelo Embaixador Osvaldo Aranha, que ressaltou, em sua oração, a necessidade de ser mantida a paz para que o mundo possa progredir e assinalou o papel destacado que está reservado aos estudantes, na luta pela eliminação do atraso em que o Brasil se encontra.

CONGRESSO UNITÁRIO E NACIONALISTA

O Congresso transcorreu num ambiente de unidade, sob a "bandeira" do nacionalismo e da democracia.

Em todas as bancadas houve grande preocupação em elaborar teses, abordando questões de profundo interesse sobre os problemas econômicos, políticos e sociais do Brasil. Entre as numerosas teses, discutidas e aprovadas destacaram-se as seguintes: Do Grêmio da Filosofia — sobre o movimento de libertação nacional dos países subdesenvolvidos, contra o colonialismo e a exploração imperialista; do C. A. Horácio Lane — sobre os problemas da energia elétrica no país; do Grêmio Proletário — sobre a instrução 113 da SUMOC e sua nocividade para a economia nacional; do XI de Agosto — sobre a lei de Fidelidade, como ameaça que representa para as liberdades democráticas.

O espírito unitário, reinante no desenrolar do congresso se refletiu também, nas eleições da nova diretoria da UEE. Apesar de terem concorrido duas chapas uma organizada pela antiga "situação" e outra de "oposição", o plenário, achou justo unir as duas correntes, elegendo uma diretoria, com representantes de ambas as chapas.

O congresso aprovou ainda, várias moções sobre problemas atuais do movimento estudantil, da política e da economia nacional, tais como: Solidariedade ao professor Anísio Teixeira, pelo restabelecimento de relações com a União Soviética, de solidariedade à luta do povo Argelino por sua independência, pela manutenção do monopólio da borracha, através do Banco da Amazônia e ao Mi-

O que foi o XI Congresso da União Estadual de Estudantes — Teses sobre problemas do ensino, política externa e desenvolvimento independente da economia nacional - A declaração de princípios aprovada

a necessidade da colaboração entre todos os Centros Acadêmicos, repudia a alienação em que se encontra a Universidade ante a realidade nacional, afirmando a decisão dos estudantes de lutar pela autonomia da Universidade e pela reforma universitária. Além de outros pontos, como os que propugnam o apoio e proteção do governo à pesquisa científica e à elaboração e divulgação de livros didáticos, a reestruturação do ensino, etc., na Declaração destacam-se os seguintes itens:

— Reafirmar a igualdade de direitos expressos na Constituição dos Estudantes Paulistas, e o repúdio a toda e qualquer discriminação, bem como a independência da UEE frente a grupos político-partidários, ideológicos, raciais, religiosos e econômicos.

— Afirmar o princípio da condenação de qualquer solução bélica para os problemas internacionais lutando pela imediata cessação das provas

REPORTAGEM DE MOACIR LONGO

atômicas utilizadas para aquele fim reafirmando a necessidade do emprego da energia nuclear, visando exclusivamente fins pacíficos.

— Reafirmar a posição intransigente dos universitários paulistas contra a alienação de qualquer parte do território nacional.

— Reconhecer a urgente necessidade de ser efetuada a reforma agrária, prevista em nossa Constituição Federal, tendo em conta o melhor aproveitamento e exploração de nosso solo, possibilitando a emancipação do trabalhador rural e a efetiva fixação do homem à terra.

— Proclamar que o monopólio estatal do petróleo, das jazidas de minérios atômicos e das fontes de energia elétrica é imprescindível à nossa emancipação política-econômica, res-

saltando também, e de forma enérgica, o propósito de denunciar ao povo todos os acordos internacionais lesivos aos interesses da Pátria que possam comprometer a sua soberania e retardar a evolução industrial do Brasil.

— Proclamar-se contrário à política colonialista que procura retardar o desenvolvimento econômico, cultural e político de grande número de nações que ora lutam por sua emancipação.

— Declarar sua disposição de

pugnar por uma aproximação maior dos universitários com os operários, concretizada pela União Operário-Estudantil através da participação efetiva e direta de estudantes, objetivando esforços comuns nas nossas lutas sindicais.

— Lutar pela complementação da Instrução 113 da SUMOC, considerada lesiva aos interesses do povo brasileiro e contrária ao desenvolvimento de nossa indústria.

— Manifestar o repúdio dos acadêmicos paulistas a qualquer Lei de exceção bem como a todas as tentativas que visem a abolição das liberdades democráticas asseguradas pela Carta Magna.

nistro da Educação, Sr. Clóvis Salgado, para que atenda as reivindicações dos universitários, que deram motivos às últimas greves estudantis.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Na sessão de encerramento, foi dada posse solene à nova diretoria eleita e aprovada uma Declaração de Princípios.

A Declaração assinala a importância do papel da UEE na defesa dos direitos e prerrogativas dos estudantes e do povo



Os estudantes paulistas sempre foram muito ativos na defesa das liberdades democráticas. Em 1956, realizaram uma passeata, simbolicamente amordaçados, para demonstrar o seu protesto contra um projeto reacionário de lei de imprensa

De acordo com a elevação dos salários

A Aposentadoria Deve Estar Sujeita a Reajustamento

Em virtude do veto parcial apostado pelo presidente da República, a lei de aposentadoria deverá voltar às casas do parlamento. Câmara de Deputados e Senado em conjunto irão apreciar o veto e mantê-lo ou rejeitá-lo, em todo ou em parte, segundo julgarem conveniente.

Como já nos referimos em número anterior, uma das emendas votadas possui especial importância para os trabalhadores, e estes não podem aceitar que, obedecendo ao critério de cumprir estritamente a palavra empenhada de conceder a aposentadoria de acordo com a lei já existente para os bancários, o presidente a tenha vetado. Trata-se da emenda que prevê o reajustamento dos proventos dos aposentados à me-

didada que vão sendo aumentados os salários dos trabalhadores ainda em exercício das suas funções. É o seguinte o teor da referida emenda:

“Os aposentados dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e da Caixa de Aposentadoria dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (CAPFESP) terão seus proventos reajustados, na base dos salários, atuais e futuros, de idênticos cargos, classes ou categorias da atividade a que pertenciam, não podendo ser tais proventos, em caso algum inferiores ao salário-mínimo da respectiva região, ou excedê-lo de 5 vezes.”

A injustiça do veto apostado a esta emenda é evidente. Com a inflação que se pro-

cessa em ritmo crescente, reduzindo sempre mais o poder aquisitivo do cruzado, caso não sejam tomadas medidas como as previstas pela referida emenda, os aposentados, dentro de um prazo relativamente curto, estarão passando de as maiores privações, ou ver-se-ão obrigados a voltar ao trabalho, caso ainda estejam em condições de fazê-lo. Isso para não falar naqueles impossibilitados de trabalhar, já aposentados e nos beneficiários de pensões, que há muito se encontram nessa situação.

Os trabalhadores deverão, pois, lutar para que o Congresso rejeite o veto à referida emenda a fim de que os aposentados não se vejam privados dos benefícios reais da aposentadoria.

AJUDE VOZ OPERÁRIA FAZENDO UMA assinatura!

CORRESPONDENCIA SINDICAL

Solicitamos aos nossos leitores, principalmente aos dirigentes sindicais, que nos enviem notícias e dados sobre as lutas que se desenvolvem nos Estados ou municípios em que atuam, a fim de que possamos promover, através do nosso jornal, o necessário intercâmbio de experiências entre as diversas regiões do país.

A correspondência deve ser enviada para a "Voz Operária", Av. Rio Branco, 257 - 17º andar - sala 1712.



UM COLABORADOR NA DIFUSÃO DA "VOZ"

O clichê acima é de LUIZ CARLOS DUTRA DA SILVA, um pequenino mas eficiente colaborador na difusão de VOZ OPERÁRIA no município de Henrique Lage, no Estado de Santa Catarina. Este garoto distribui semanalmente a cota daquele município e ainda faz toda a cobrança. Luiz Carlos é assim, o "Caçula" da nossa difusão.



VOZ OPERÁRIA

Diretor **Mário Alves**
 MATRIZ: Av. Rio Branco, 257, 17º and. s/ 1712 - Tel.: 42-7344
 ASSINATURAS:
 Anual 150,00
 Semestral 80,00
 Trimestral 60,00
 Núm. avulsos 3,00
 Núm. atrasado 5,00
 Aéreo ou sob registro, despesas à parte:
 SUCURSAL PORTO ALEGRE - Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43.

QUEM SABOTA O DESARMAMENTO SÃO OS EE. UU.

Em GRANDES letras negras sobre fundo amarelo, pergunta na capa a revista «Visão», que se publica em São Paulo: «Quem quer desarmar? URSS ou Estados Unidos?» E' de fato uma questão que preocupa em todo o mundo um número crescente de pessoas, justamente neste momento em que — segundo declarou o senador americano A. Willis Robertson perante a Academia de Ciências de Richmond — «se uma guerra atômica estourasse entre a URSS e os Estados Unidos, o número de mortos e feridos, no primeiro dia, poderia ultrapassar 25 milhões». Entretanto, o leitor desprevinido que adquirir a revista na esperança de informar-se, encontrará quatro páginas massivas de argumentos capciosos e confusão internacional, tudo redigido no mais puro estilo novoiorquino dos piores partidários de Mr. Foster Dulles. Parece até que a matéria foi não só encomendada como inclusive traduzida de alguma exposição do USIS (Serviço de Informação dos Estados Unidos) ou do próprio Departamento de Estado.

«Visão» principia reconhecendo que a questão do desarmamento ganhou nova força ao anunciar a URSS, há meses, a decisão de suspender, unilateralmente, as experiências com armas nucleares. Alega, em primeiro lugar, que a União Soviética assim o fez depois de terminar toda uma série de provas atômicas, e quando os Estados Unidos se preparavam para soltar novas bombas no Pacífico. Mas faz pouco de seus leitores ao pensar que estes se esquecem de que desde 1954, antes de Hiroshima e Nagasaki, os Estados Unidos já faziam experiências com armas atômicas, enquanto a URSS só iniciou as suas provas muito depois. Segundo calcula o «New Statesmen», de Londres, enquanto a União Soviética fez explodir 39 bombas de hidrogênio, os Estados Unidos já estouraram 90.

O argumento central de «Visão», é, porém, o mesmo de Dulles e de seus foliculários: «O gesto assumiu, desta forma, um forte caráter de propaganda». É o caso de perguntar: se a cessação das provas com bombas atômicas e de hidrogênio constitui propaganda, por que as potências ocidentais não se entregam também a esta magnífica espécie de propaganda e não interrompem as suas próprias experiências?

A União Soviética, na últi-

ma guerra, perdeu 17 milhões de habitantes e teve 71.700 cidades e aldeias arrasadas. Está hoje entregue ao grandioso programa pacífico de construção do comunismo, do qual os «Sputniks» são os mensageiros cósmicos. Só os mais furiosos adversários do desarmamento podem atribuir sistematicamente, como se com isso encerrassem o assunto, meros intuítos de propaganda às propostas de paz soviéticas.

CAUSA E EFEITO
A pergunta que formula na capa, responde «Visão» que nenhuma das grandes potências, nem a URSS nem os Estados Unidos, querem o desarmamento. Quanto aos Estados Unidos, se é que Foster Dulles realmente os representa, não seremos nós que iremos negá-lo: basta pensar nos lucros dos fabricantes de bombardeiros a jato e foguetes teleguidados metralhadoras e bombas nucleares. Mas na URSS não há tristes de canhões, e por conseguinte não há ninguém interessado em manter e ampliar esses lucros macabros. O custo dos arsenais é imposto à sociedade socialista pela ameaça do exterior. O desarmamento corresponde aos interesses do próprio sistema.

O artigo de «Visão», naturalmente, não aborda tais

problemas. Procura atribuir a «propaganda soviética», entre outras diabruras, a de «acentuar a noção popular de que os armamentos são a causa e não o reflexo do conflito entre nações». Não sabemos, nem o artigo indica, em que revistas ou jor-

no tempo efeito e causa pode refletir o conflito entre as nações, mas, de certo ponto em diante, o peso crescente dos armamentos passa a consistir por si mesmo um risco de guerra e contribui para agravar a tensão internacional. O que a União Soviética

livres», isto é, a entrega da República Democrática Alemã ao guante dos militaristas de Bonn.

Mas isto não foi o pior. Os Estados Unidos tudo fizeram para sabotar a conferência. Primeiro exigiram que a mesma fosse preparada por Intermédio de Intermédios «canais diplomáticos» e depois passaram a exigir que o próprio mérito das divergências fosse discutido em reuniões que se processariam em Moscou, entre o Ministro do Exterior da URSS, rebaixado em suas funções e posto em minoria, e os embaixadores ocidentais. É claro que a URSS não poderia aceitar tão descabidas exigências, e tal seria usado para proclamar que «os soviéticos é que não querem o entendimento». Tal manobra, entretanto, não convenceu.

A 6 de março, Washington envia nova resposta à proposta soviética. Além dos oito pontos, propõe que sejam reabertas questões sobre as quais já se havia chegado a acordo na Conferência de Genebra, em 1955. E deixa claro que nenhum entendimento seria exequível, em vista do apoio soviético às ambições mundiais do comunismo internacional». Em outras palavras, é a tese muito cara a Dulles e à parte mais belicosa do capitalismo trustificado norte-americano, de que é impossível existir por muito tempo no mesmo planeta sistemas sociais diferentes. Daí a guerra preventiva só há um passo.

SINISTRA CHANTAGEM
Embora resistindo e chicanando, os Estados Unidos

não se podiam furtar a conferência de cúpula, por força da opinião pública mundial, particularmente na Europa e inclusive na própria América do Norte, onde setores poderosos se alinham contra a política aventureira representada por Foster Dulles. Assim estavam as coisas quando, em abril, Gromiko anunciou que aviões americanos, carregados de bombas atômicas, voavam sobre o Ártico rumo às fronteiras da União Soviética. Felizmente, voltaram a meio do caminho.

Em resposta à queixa soviética apresentada na ONU contra essa «grave ameaça à paz», declararam os Estados Unidos que os aviões do SAC (Comando Aéreo Estratégico) tornariam a repetir a façanha tantas vezes quantas no sistema de radar aparescesse qualquer sombra que pudesse ser interpretada como foguetes intercontinentais soviéticos voando em direção aos Estados Unidos. Em contrapartida, ofereceu Dulles o chamado «plano de fiscalização internacional do Ártico», no qual: 1) a URSS ficaria sempre em minoria diante dos países ocidentais que dele participassem. 2) os aviões americanos do SAC ultrapassariam o atual «ponto de segurança» e poderiam voar sobre toda a zona Norte da União Soviética. 3) mesmo com licença da maioria dos membros do plano, os aviões soviéticos não poderiam fiscalizar nenhuma porção do território metropolitano dos Estados Unidos, que não estão compreendidos na zona proposta.

PARA CHEGAR A UM ENTENDIMENTO BASTA RECONHECER O «STATU QUO»



«Afastemos a guerra como forma de solucionar os problemas internacionais, reconhecamos o statu quo, reconhecamos que no mundo existem países socialistas e países capitalistas, não nos imiscuamos nos assuntos privados dos demais», — declarou Kruchiov em seu discurso perante o Soviet Supremo da URSS

mais, discursos ou livros de personalidades soviéticas foi buscar o articulista essa manobra unilateral de abordar a questão. Porque não resta dúvida, não só a qualquer marxista como a qualquer pessoa de senso, que a corrida armamentista é o ma-

is sempre assegurou é que os conflitos e divergências devem resolver-se por meio de negociações, e as medidas de desarmamento ajudam a criar um clima propício ao entendimento.

EM TÓRNO DA CONFERÊNCIA DE CÚPULA

Ao dirigir-se em fins do ano passado às potências ocidentais propondo uma conferência de chefes de Estado, o presidente do Conselho de Ministros da URSS propôs que fossem discutidas, entre outras questões que surgissem: 1) o compromisso de não empregar armas nucleares e o término das experiências com todos os tipos dessas armas, 2) a formação de uma zona desatomizada no centro da Europa, com mais de 100 milhões de habitantes, 3) pacto de não agressão entre os signatários da NATO e do Tratado de Varsóvia, 4) renúncia ao uso da força na solução dos problemas do Oriente Médio e respeito à independência dos países desta zona, 5) assinatura de um Tratado de Amizade de Cooperação Pacífica entre a URSS e os Estados Unidos.

Em janeiro deste ano, quando na Inglaterra o governo já se inclinava a participar de uma conferência com a URSS mesmo sem os Estados Unidos, Eisenhower enviou mensagem aos soviéticos aceitando em palavra a idéia da conferência de cúpula, mas apresentando oito pontos para serem incluídos no temário, entre os quais alguns que só poderiam dividir em vez de unir: o ponto sobre a «Europa Oriental» propondo o restabelecimento do jugo capitalista nas democracias populares, e o da unificação da Alemanha através das chamadas «eleições

O «DESARMAMENTO» NA OTAN...



FOSTER DULLES: para demonstrar as nossas intenções pacíficas, começamos pela instalação de bases de lançamento de foguetes com ogivas atômicas na Europa Ocidental.

PAIRA SOBRE A HUMANIDADE A AMEAÇA DO ÁRTICO

A REVISTA «VISÃO», defendendo o agressivo plano norte-americano, procura convencer os seus leitores não existir perigo de erro técnico no «fair safe» (sistema de segurança) que cerca as provocativas operações do SAC: «A menos que recebam uma nova ordem, em código, os aviões do SAC não podem ultrapassar determinado ponto de segurança, localizado aquém do território soviético. As bombas H só podem ser armadas depois de ultrapassado esse ponto de segurança».

Mesmo que não haja falhas técnicas neste perigoso sistema, todo o mundo estremece de horror e indignação ao pensar que por um simples erro HUMANO poderia ser precipitada uma guerra de consequências terríveis. Já o capitão Lidell Hart, conhecido especialista militar inglês, em artigo publicado no «Frankfurter Allgemeine» da Alemanha Ocidental, afirma que em tais casos nenhuma segurança técnica é tranquilizadora, uma vez que a tripulação de qualquer aparelho pode dispor de SUA bomba: «Não há meio técnico que ofereça garantia suficiente para impedir que se arme uma bomba ou que se a lance».

Mais grave ainda é a ameaça, contida no detalhe que a própria «Visão» não esconde, segundo a qual o Presidente dos Estados Unidos poderia se furtar à responsabilidade, pois em determinados casos «essa ordem terá de ser transmitida por um grupo de oficiais de alto escalão».

Em tais condições, a humanidade hoje está correndo o risco, não só de uma falha técnica e humana, mas de uma AÇÃO DELIBERADA de um punhado de loucos partidários de uma guerra preventiva. Recentemente, a 10 de janeiro, o «U. S. News and World Report» publicou declarações do general LeMay, ex-comandante-em-chefe do SAC e atualmente chefe-adjunto do Estado Maior da Força Aérea dos Estados Unidos: «Se fazemos a guerra hoje, penso que provavelmente venceríamos nela. . . Não creio que a URSS tenha projéteis balísticos suficientes para impedir que a nossa ação estratégica levante vôo; nem creio que os possa ter dentro de pouco tempo».